

2025

Abril de 2026

Boletim

Estatísticas Fiscais do Governo Geral

Resultados 2025 (anual e trimestral)

Ministério da Fazenda

Dario Carnevalli Durigan

Secretaria Executiva do Ministério da Fazenda

Rogério Ceron de Oliveira

Secretaria do Tesouro Nacional

Daniel Cardoso Leal

Secretaria Adjunta do Tesouro Nacional

Viviane Aparecida da Silva Varga

Subsecretaria de Planejamento Estratégico da Política Fiscal

David Rebelo Athayde

Coordenação Geral de Estudos Econômico-Fiscais

Pedro Ivo Ferreira de Souza Junior

Coordenação de Suporte aos Estudos Econômico-Fiscais

Alex Pereira Benício

Coordenação de Suporte às Estatísticas Fiscais

Rafael Perez Marcos

Equipe Técnica

Ana Cristina Secchi Correia

Gabriel Gdalevici Junqueira

Guilherme Ceccato

Kalina Ramos Porto

Karla de Lima Rocha

Vitor Henrique Barbosa Fabel

Assessoria de Comunicação Social do Tesouro Nacional**Arte**

Hugo Pullen

Informações

E-mail: ascom@tesouro.gov.br

Disponível em: www.tesourotransparente.gov.br

**Permitida a reprodução total ou parcial desta publicação desde que citada a fonte.*

Sumário

1. Resultados de 2025	3
1.1. Receita do Governo Geral.....	9
1.2. Despesa do Governo Geral	13
2. Resultado do 4º Trimestre de 2025	19
1.1. Receita do Governo Geral.....	22
1.2. Despesa do Governo Geral	25
2. Notas Metodológicas	30

Lista de Gráficos e Tabelas

Tabela 1. Demonstrativo de operações do Governo Geral - Brasil - Anual - 2025	6
Tabela 2. Demonstrativo de operações do Governo Geral - Brasil - Anual - 2024 e 2025	6
Tabela 3. Demonstrativo de operações do Governo Geral - Brasil - Anual - 2025	8
Tabela 4. Demonstrativo da receita do Governo Geral - Brasil - Anual - 2025	10
Tabela 5. Demonstrativo da receita do Governo Geral - Brasil - Anual - 2024 e 2025	10
Tabela 6. Demonstrativo da despesa do Governo Geral - Brasil - Anual - 2025	14
Tabela 7. Demonstrativo da despesa do Governo Geral - Brasil - Anual - 2024 e 2025	15
Tabela 8. Demonstrativo de operações do Governo Geral - 4º Trimestre de 2025	19
Tabela 9. Demonstrativo de operações do Governo Geral - Brasil - 4º Trimestre de 2024 e 2025	20
Tabela 10. Demonstrativo de operações do Governo Geral - Brasil - 4º Trimestre de 2025	20
Tabela 11. Demonstrativo da receita do Governo Geral - Brasil - 4º Trimestre de 2025	23
Tabela 12. Demonstrativo da receita do Governo Geral - Brasil - 4º Trimestre de 2024 e 2025	23
Tabela 13. Demonstrativo da despesa do Governo Geral - Brasil - 4º Trimestre de 2025	26
Tabela 14. Demonstrativo da despesa do Governo Geral - Brasil - 4º Trimestre de 2024 e 2025	27
 Gráfico 1. Necessidade de financiamento líquida por esfera de governo - Brasil - Anual - 2010 a 2025	 7
Gráfico 2. Receita e despesa do Governo Geral - Brasil - Anual - 2010 a 2025	7
Gráfico 3. Evolução da receita por esfera de governo - Brasil - Anual - 2010 a 2025	11
Gráfico 4. Composição da receita do Governo Geral - Brasil - Anual - 2010 a 2025	11
Gráfico 5. Composição da receita de impostos do Governo Geral - Brasil - Anual - 2010 a 2025	12
Gráfico 6. Composição da receita por esfera de governo - Brasil - Anual - 2025	12
Gráfico 7. Evolução da despesa por esfera de governo - Brasil - Anual - 2010 a 2025	15

Gráfico 8. Evolução dos componentes da despesa: gasto e investimento do Governo Geral - Brasil - Anual - 2010 a 2025	16
Gráfico 9. Composição do gasto do Governo Geral - Brasil - Anual - 2010 a 2025	16
Gráfico 10. Composição da despesa por esfera de governo - Brasil - Anual - 2025	17
Gráfico 11. Evolução do investimento líquido, consumo de capital fixo e investimento bruto do Governo Geral - Brasil - Anual - 2010 a 2025	17
Gráfico 12. Evolução do investimento líquido por esfera de governo - Brasil - Anual - 2010 a 2024	18
Gráfico 13. Composição do investimento bruto em ativos fixos (FBCF ¹) do Governo Geral - Brasil - Anual - 2025.. 18	
Gráfico 14. Capacidade (+) / Necessidade (-) de financiamento líquida por esfera de governo - Brasil - 2024 e 2025	21
Gráfico 15. Receita e despesa do Governo Geral - Brasil - 2024 e 2025	21
Gráfico 16. Evolução da receita por esfera de governo - Brasil - 2024 e 2025	24
Gráfico 17. Composição da receita do Governo Geral - Brasil - 2024 e 2025	24
Gráfico 18. Evolução das despesas por esfera de governo - Brasil - 2024 e 2025	27
Gráfico 19. Evolução dos componentes da despesa: gasto e investimento do Governo Geral - Brasil - 2024 e 2025	28
Gráfico 20. Composição do gasto do Governo Geral - Brasil - 2024 e 2025	28
Gráfico 21. Evolução do investimento líquido por esfera de governo - Brasil - 2024 e 2025	29
Gráfico 22. Composição do investimento bruto em ativos fixos (FBCF ¹) do Governo Geral - Brasil - 4º trimestre de 2025	29

1. Resultados de 2025

O Boletim de Estatísticas Fiscais do Governo Geral¹ apresenta estatísticas das três esferas de governo (governos central, estaduais e municipais) consolidadas no setor governo geral, segundo a metodologia do Manual de Estatísticas de Finanças Públicas de 2014 do Fundo Monetário Internacional-FMI – MEFP 2014 (em inglês, *Government Finance Statistics Manual – GFSM 2014*), e faz parte do esforço do Tesouro Nacional de convergência às melhores práticas internacionais². As despesas são apuradas pelo regime de competência³, o que significa que o registro ocorre quando o governo assume a obrigação, independentemente do pagamento efetivo, ou seja, mesmo que o pagamento seja realizado em uma data futura, a despesa é contabilizada no período em que o compromisso é firmado. Por outro lado, as receitas são apuradas pelo regime de caixa, sendo registradas somente quando o valor é efetivamente recebido. Nas estatísticas de finanças públicas, há uma necessidade líquida de financiamento quando a diferença entre a receita e a despesa é negativa. No caso de um resultado positivo, existe uma capacidade líquida de financiamento.

Em 2025, a necessidade líquida de financiamento do governo geral alcançou 7,43% do PIB, ante 6,30% do PIB em 2024. Esse resultado está associado ao crescimento nominal da despesa, de 11,17%, em ritmo superior ao da receita, de 8,55%, no período. A decomposição por esfera de governo indica que o resultado do governo geral decorre de uma necessidade de financiamento de 7,24% do PIB do governo central e de 0,77% do PIB dos governos estaduais, parcialmente compensadas por uma capacidade de financiamento de 0,58% do PIB dos governos municipais.

No governo central, o resultado reflete o crescimento nominal de 9,39% da receita e de 14,38% da despesa. Nos governos estaduais, a receita e a despesa cresceram 7,51% e 9,90%, respectivamente. Nos governos municipais, a capacidade líquida de financiamento de 0,58% do PIB está associada ao crescimento nominal de 9,55% da receita e de 2,59% da despesa em relação a 2024.

¹ Os resultados das Estatísticas Fiscais Trimestrais apresentados neste Boletim não substituem outras estatísticas relacionadas às finanças públicas, como as estatísticas fiscais do Resultado do Tesouro Nacional e do Banco Central do Brasil, que observam aspectos metodológicos específicos.

² <https://www.imf.org/external/np/sta/gfsm/>.

³ A apuração da despesa pelo regime de competência corresponde ao conceito de despesa liquidada incluída a liquidação de restos a pagar não processados inscritos em exercícios anteriores.

Tabela 1. Demonstrativo de operações do Governo Geral - Brasil - Anual - 2025

Dados em: R\$ Milhões - Valores correntes

Fonte: STN, IBGE e BCB

Demonstrativo de operações - Governo Geral	Governo Central				Governos Estaduais	Governos Municipais	Coluna de consolidação	Governo Geral ¹
	Orçamentário	Extraorçamentário	Coluna de consolidação	Governo Central consolidado				
1. Receita	3.408.375	0	0	3.408.375	1.640.950	1.411.469	-1.428.296	5.032.498
d/q 1411. Juros	352.400	0	0	352.400	29.972	52.492	-102.888	331.976
2M. Despesa (2+31)	4.330.482	0	0	4.330.482	1.738.881	1.337.754	-1.428.296	5.978.821
2. Gasto	4.346.041	0	0	4.346.041	1.708.704	1.305.717	-1.428.296	5.932.166
d/q 23. Consumo de capital fixo	48.054	0	0	48.054	63.660	64.857	0	176.570
d/q 24. Juros	1.220.071	0	0	1.220.071	130.515	13.483	-102.888	1.261.182
31. Investimento líquido	-15.559	0	0	-15.559	30.176	32.037	0	46.655
311. Ativos fixos	-13.818	0	0	-13.818	29.936	30.995	0	47.113
312. Estoques	1.142	0	0	1.142	240	1.044	0	2.426
313. Objetos de valor	18	0	0	18	0	0	0	18
314. Ativos não produzidos	-2.901	0	0	-2.901	0	-1	0	-2.901
Capacidade (+) / Necessidade (-) líquida de financiamento (1-2M)	-922.107	0	0	-922.107	-97.931	73.715	0	-946.323
Capacidade (+) / Necessidade (-) líquida de financiamento primária ((1-1411) - (2M-24))	-54.436	0	0	-54.436	2.612	34.707	0	-17.117
Itens de memorando:								
1. Investimento bruto em ativos fixos (FBCF)	34.236	0	0	34.236	93.596	95.851	0	223.683
2. Resultado operacional bruto - ROB (1-2+23)	-889.612	0	0	-889.612	-4.095	170.609	0	-723.098
3. Resultado operacional líquido - ROL (1-2)	-937.666	0	0	-937.666	-67.754	105.752	0	-899.668

(1) O resultado consolidado do governo geral exclui as transferências e juros intergovernamentais.

Tabela 2. Demonstrativo de operações do Governo Geral - Brasil - Anual - 2024 e 2025

Dados em: R\$ Milhões - Valores correntes

Fonte: STN, IBGE e BCB

Demonstrativo de operações - Governo Geral	2024	2025	Diferença	Var. %
1. Receita	4.636.221	5.032.498	396.277	8,55%
d/q 1411. Juros	269.800	331.976	62.176	23,05%
2M. Despesa (2+31)	5.377.975	5.978.821	600.846	11,17%
2. Gasto	5.299.537	5.932.166	632.629	11,94%
d/q 23. Consumo de capital fixo	174.882	176.570	1.688	0,96%
d/q 24. Juros	971.991	1.261.182	289.191	29,75%
31. Investimento líquido	78.438	46.655	-31.783	-40,52%
Capacidade (+) / Necessidade (-) líquida de financiamento (1-2M)	-741.754	-946.323	-204.569	27,58%
Capacidade (+) / Necessidade (-) líquida de financiamento primária ((1-1411) - (2M-24))	-39.564	-17.117	22.446	-56,73%
Itens de memorando:				
1. Investimento bruto em ativos fixos (FBCF)	257.106	223.683	-33.423	-13,00%
2. Resultado operacional bruto - ROB (1-2+23)	-488.434	-723.098	-234.664	48,04%
3. Resultado operacional líquido - ROL (1-2)	-663.317	-899.668	-236.352	35,63%

Gráfico 1. Necessidade de financiamento líquida por esfera de governo - Brasil - Anual - 2010 a 2025

Dados em: % PIB

Fonte: STN, IBGE e BCB

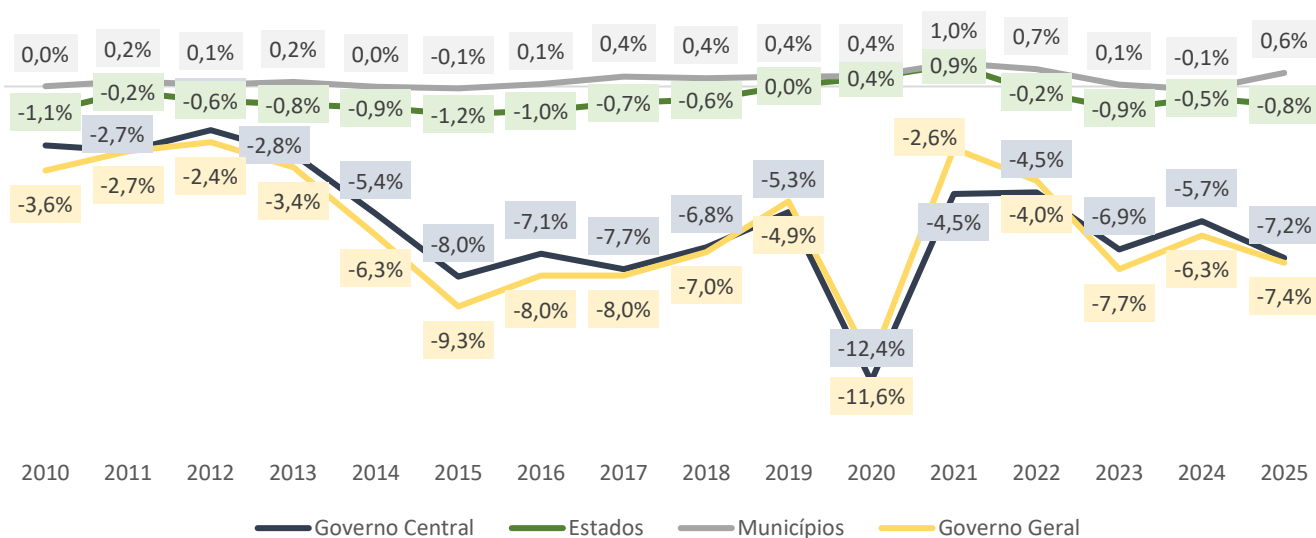


Gráfico 2. Receita e despesa do Governo Geral - Brasil - Anual - 2010 a 2025

Dados em: % PIB

Fonte: STN, IBGE e BCB

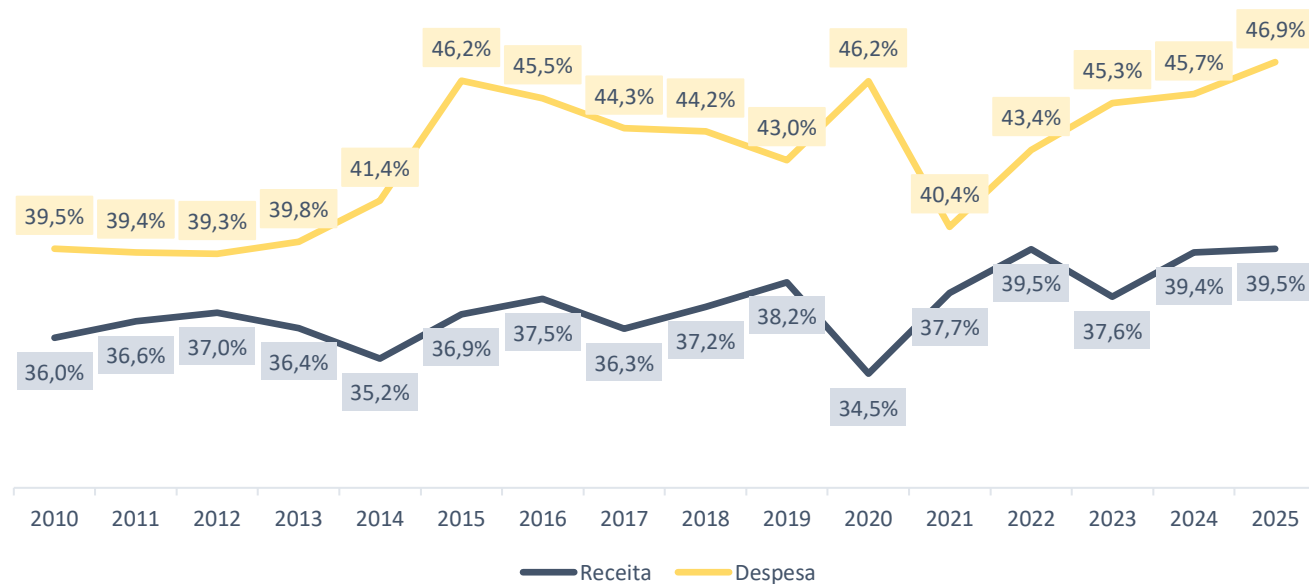


Tabela 3. Demonstrativo de operações do Governo Geral - Brasil - Anual - 2025
Dados em: % do PIB
Fonte: STN, IBGE e BCB

Demonstrativo de operações – Governo Geral	Governo Central				Governos Estaduais	Governos Municipais	Coluna de consolida- ção	Governo Geral ¹
	Orçamen- tário	Extraorça- mentário	Coluna de consolida- ção	Governo Central consoli- dado				
1. Receita	26,76%	0,00%	0,00%	26,76%	12,88%	11,08%	-11,21%	39,51%
d/q 1411. Juros	2,77%	0,00%	0,00%	2,77%	0,24%	0,41%	-0,81%	2,61%
2M. Despesa (2+31)	34,00%	0,00%	0,00%	34,00%	13,65%	10,50%	-11,21%	46,93%
2. Gasto	34,12%	0,00%	0,00%	34,12%	13,41%	10,25%	-11,21%	46,57%
d/q 23. Consumo de capital fixo	0,38%	0,00%	0,00%	0,38%	0,50%	0,51%	0,00%	1,39%
d/q 24. Juros	9,58%	0,00%	0,00%	9,58%	1,02%	0,11%	-0,81%	9,90%
31. Investimento líquido	-0,12%	0,00%	0,00%	-0,12%	0,24%	0,25%	0,00%	0,37%
311. Ativos fixos	-0,11%	0,00%	0,00%	-0,11%	0,24%	0,24%	0,00%	0,37%
312. Estoques	0,01%	0,00%	0,00%	0,01%	0,00%	0,01%	0,00%	0,02%
313. Objetos de valor	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
314. Ativos não produzidos	-0,02%	0,00%	0,00%	-0,02%	0,00%	0,00%	0,00%	-0,02%
Capacidade (+) / Necessidade (-) líquida de financiamento (1-2M)	-7,24%	0,00%	0,00%	-7,24%	-0,77%	0,58%	0,00%	-7,43%
Capacidade (+) / Necessidade (-) líquida de financiamento primária ((1-1411) - (2M-24))	-0,43%	0,00%	0,00%	-0,43%	0,02%	0,27%	0,00%	-0,13%
Itens de memorando:								
1. Investimento bruto em ativos fi- xos (FBCF)	0,27%	0,00%	0,00%	0,27%	0,73%	0,75%	0,00%	1,76%
2. Resultado operacional bruto - ROB (1-2+23)	-6,98%	0,00%	0,00%	-6,98%	-0,03%	1,34%	0,00%	-5,68%
3. Resultado operacional líquido - ROL (1-2)	-7,36%	0,00%	0,00%	-7,36%	-0,53%	0,83%	0,00%	-7,06%

(1) O resultado consolidado do governo geral exclui as transferências e juros intergovernamentais.

1.1. Receita do Governo Geral

A receita do governo geral passou de 39,36% do PIB em 2024 para 39,51% do PIB em 2025, com aumento de 0,15 p.p. do PIB. Esse resultado reflete o comportamento distinto entre os principais agregados de receita, com destaque para o crescimento das contribuições sociais e das receitas de impostos, parcialmente compensado pela redução em outras receitas.

Na categoria impostos, observou-se elevação de 0,09 p.p. do PIB, explicada principalmente pelo aumento de 0,12 p.p. do PIB nos impostos sobre renda, lucros e ganhos de capital. Esse desempenho reflete o crescimento da arrecadação dos diferentes componentes do imposto de renda, com destaque para o IRRF sobre rendimentos do trabalho, em linha com a expansão da massa salarial e do emprego formal, bem como para o IRRF sobre rendimentos de capital, impulsionado pelo desempenho das aplicações financeiras. Também contribuíram para o resultado do IRRF o aumento da arrecadação referente às remessas ao exterior e à atualização de bens e direitos no exterior (Lei nº 14.754/2023).

Ainda na categoria de impostos, os impostos sobre o comércio e transações internacionais apresentaram aumento de 0,05 p.p. do PIB, explicado principalmente pelo crescimento do valor em dólar das importações, da taxa média de câmbio no período e pela elevação da alíquota média efetiva do imposto de importação.

Em sentido oposto, os impostos sobre bens e serviços registraram redução de 0,09 p.p. do PIB. Esse movimento foi influenciado, sobretudo, pela queda de 0,09 p.p. do PIB do ICMS, decorrente de crescimento da arrecadação inferior ao do PIB nominal, devido à composição do crescimento econômico em 2025. Por outro lado, observou-se aumento de 0,11 p.p. do PIB no IOF, associado à ampliação da tributação sobre operações financeiras, câmbio e remessas ao exterior, bem como crescimento de 0,03 p.p. do PIB do ISS, compatível com o desempenho do setor de serviços.

As contribuições sociais registraram aumento de 0,10 p.p. do PIB, explicado, principalmente, pelo crescimento de 0,12 p.p. do PIB das contribuições à seguridade social (RGPS). Esse resultado está associado à expansão da massa salarial e do emprego formal, bem como aos efeitos da reoneração gradual da folha de pagamentos (Lei nº 14.973/2024).

Por sua vez, as outras receitas apresentaram redução de 0,05 p.p. do PIB, refletindo movimentos compensatórios entre seus componentes. As rendas patrimoniais cresceram 0,11 p.p. do PIB, impulsionadas pelo aumento das receitas de juros (0,32 p.p. do PIB), associado à elevação da taxa básica de juros SELIC e seu impacto sobre a remuneração dos ativos financeiros do governo geral. Em contrapartida, observou-se redução nas receitas de dividendos e participações (0,22 p.p. do PIB), em

função do menor volume de repasses por empresas estatais, o que mais do que compensou o aumento observado em outros componentes dessa rubrica.

Tabela 4. Demonstrativo da receita do Governo Geral - Brasil - Anual - 2025

Dados em: R\$ Milhões - Valores correntes

Fonte: STN, IBGE e BCB

Receita do Governo Geral	Governo Central				Governos Estaduais	Governos Municipais	Coluna de consolidação	Governo Geral ¹
	Orçamentário	Extraorçamentário	Coluna de consolidação	Governo Central consolidado				
1. Receita	3.408.375	0	0	3.408.375	1.640.950	1.411.469	-1.428.296	5.032.498
11. Impostos	1.982.360	0	0	1.982.360	1.009.240	279.307	0	3.270.908
111. Impostos sobre renda, lucros e ganhos de capital	1.166.558	0	0	1.166.558	0	0	0	1.166.558
112. Impostos sobre a folha de pagamento e a mão de obra	39.058	0	0	39.058	0	0	0	39.058
113. Impostos sobre a propriedade	3.936	0	0	3.936	112.197	103.913	0	220.047
114. Impostos sobre bens e serviços	682.586	0	0	682.586	897.043	175.394	0	1.755.024
115. Impostos sobre o comércio e transações internacionais	90.222	0	0	90.222	0	0	0	90.222
116. Outros impostos	0	0	0	0	0	0	0	0
12. Contribuições sociais	768.548	0	0	768.548	124.002	70.407	0	962.957
13. Transferências / Doações	423	0	0	423	368.943	956.094	-1.325.408	52
14. Outras receitas	657.043	0	0	657.043	138.765	105.661	-102.888	798.581
1411. Juros	352.400	0	0	352.400	29.972	52.492	-102.888	331.976
14x. Demais	304.643	0	0	304.643	108.793	53.169	0	466.605

(1) O resultado consolidado do governo geral exclui as transferências e juros intergovernamentais.

Tabela 5. Demonstrativo da receita do Governo Geral - Brasil - Anual - 2024 e 2025

Dados em: R\$ Milhões - Valores correntes

Fonte: STN, IBGE e BCB

Receita do Governo Geral	2024	2025	Diferença	Var. %
1. Receita	4.636.221	5.032.498	396.277	8,55%
11. Impostos	3.013.414	3.270.908	257.493	8,54%
12. Contribuições sociais	878.292	962.957	84.665	9,64%
13. Transferências / Doações	89	52	-37	-41,25%
14. Outras receitas	744.425	798.581	54.155	7,27%

Gráfico 3. Evolução da receita por esfera de governo - Brasil - Anual - 2010 a 2025

Dados em: % PIB

Fonte: STN, IBGE e BCB

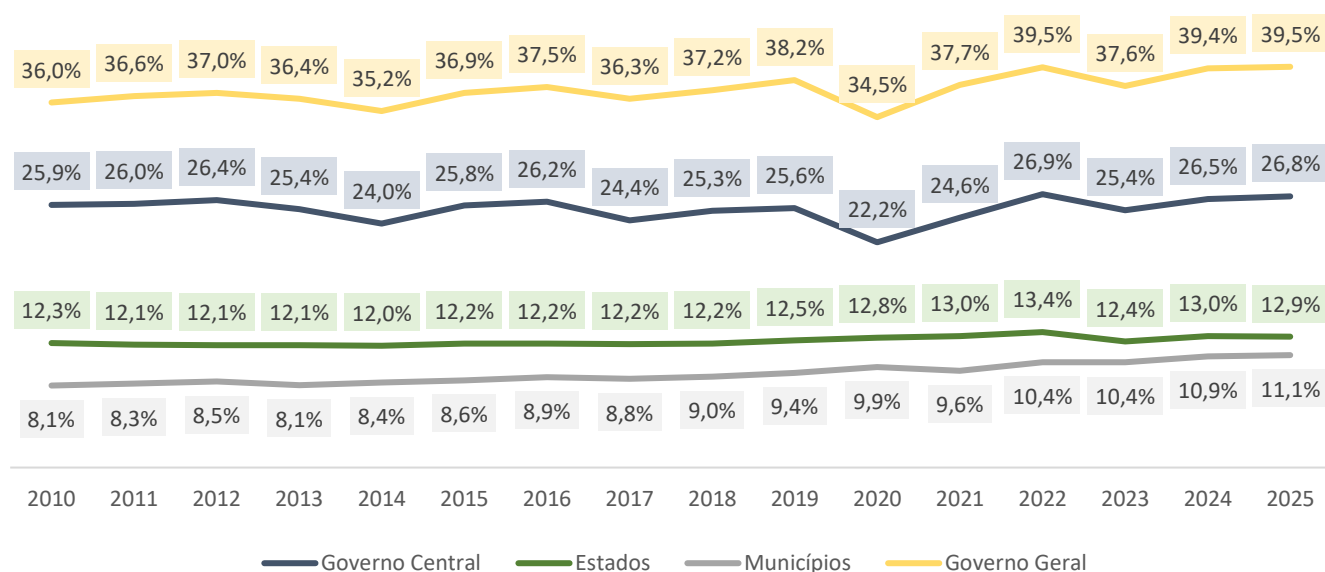


Gráfico 4. Composição da receita do Governo Geral - Brasil - Anual - 2010 a 2025

Dados em: % PIB

Fonte: STN, IBGE e BCB

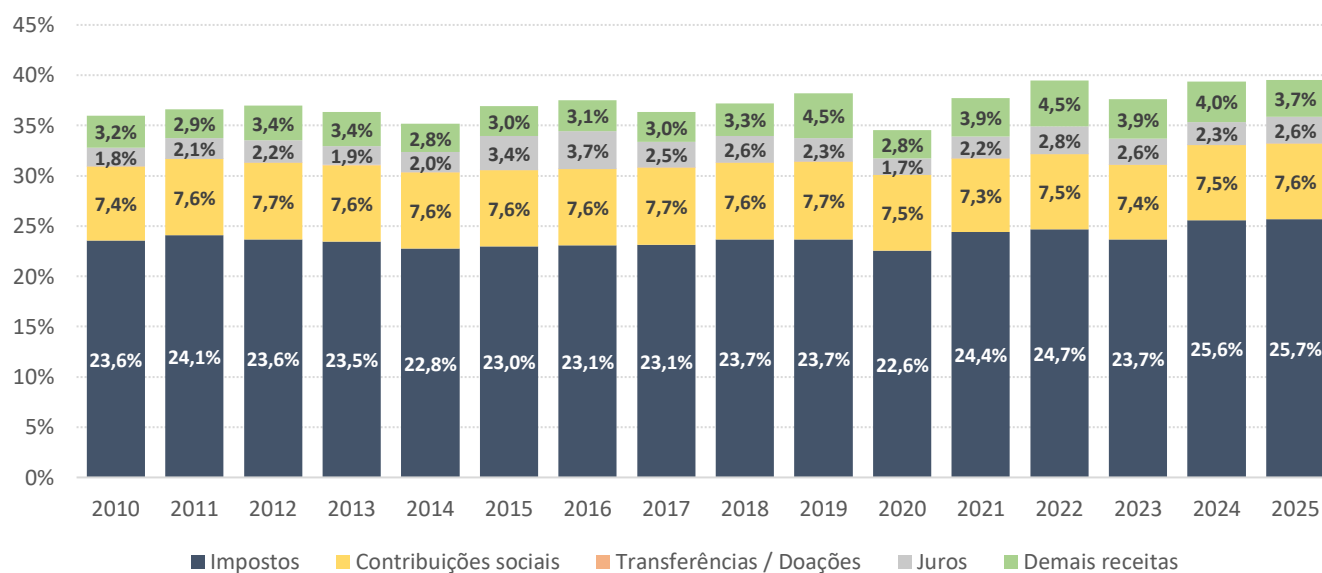


Gráfico 5. Composição da receita de impostos do Governo Geral - Brasil - Anual - 2010 a 2025

Dados em: % PIB

Fonte: STN, IBGE e BCB

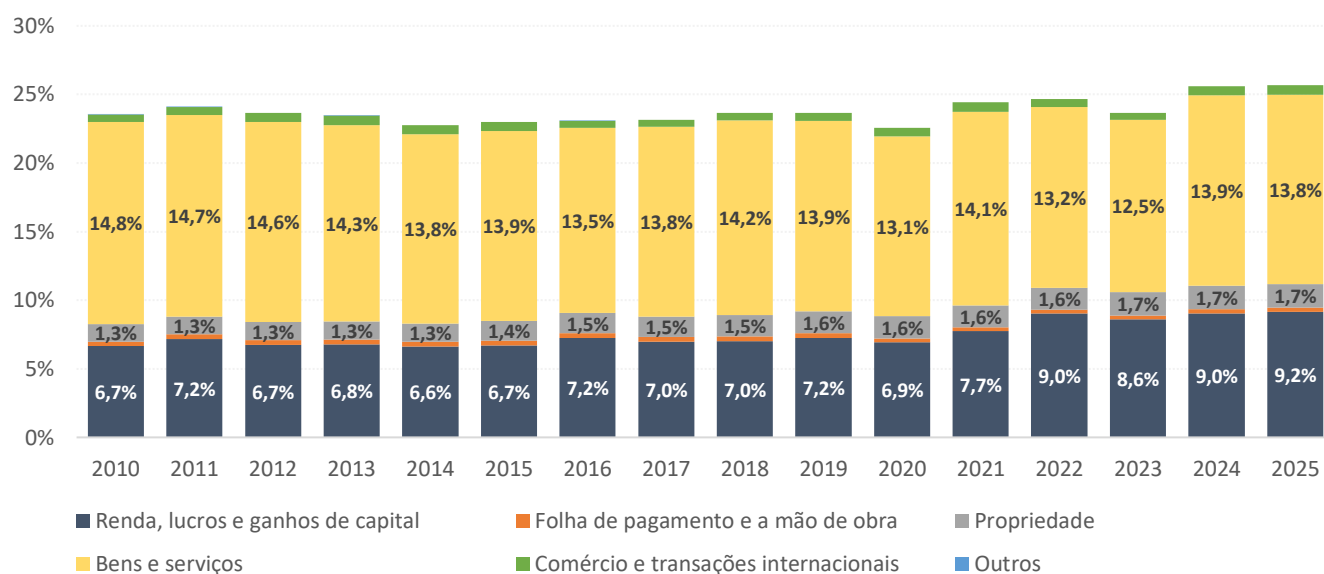
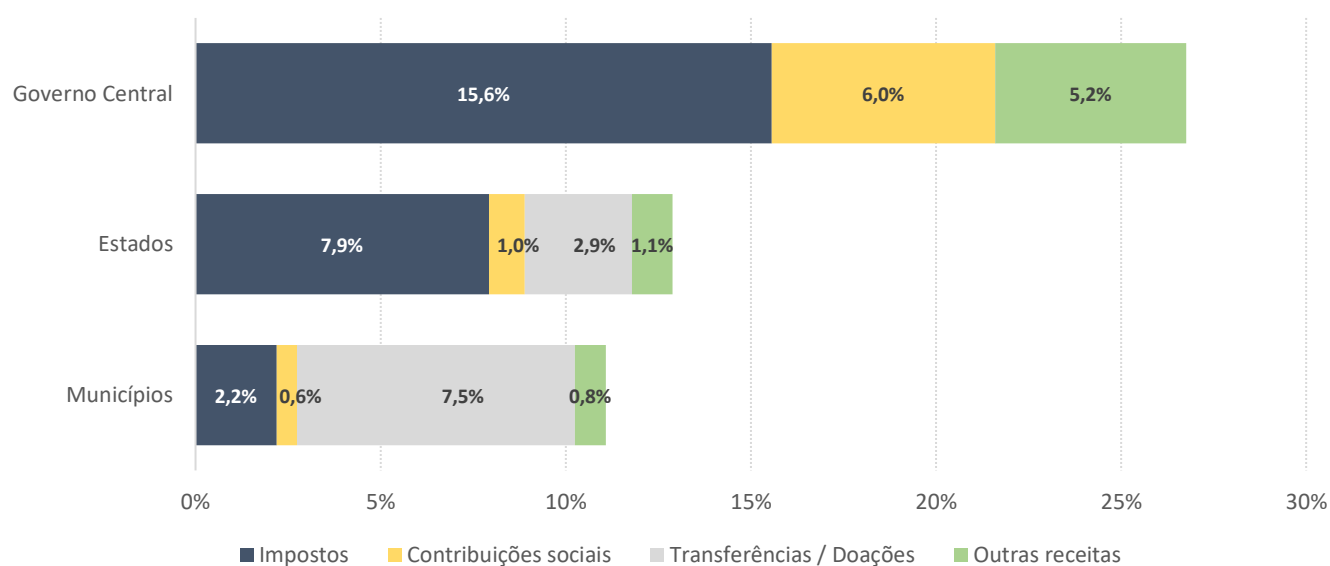


Gráfico 6. Composição da receita por esfera de governo - Brasil - Anual - 2025

Dados em: % PIB

Fonte: STN, IBGE e BCB



1.2. Despesa do Governo Geral

A despesa total do governo geral passou de 45,66% do PIB em 2024 para 46,93% do PIB em 2025, com aumento de 1,28 p.p. do PIB. Esse resultado foi determinado, principalmente, pela elevação das despesas com juros, parcialmente compensada pela redução do investimento líquido e por variações mais moderadas nos demais componentes do gasto.

No conjunto dos gastos, observou-se aumento de 1,58 p.p. do PIB, com destaque para o crescimento das despesas com juros, que avançaram 1,65 p.p. do PIB. Esse movimento reflete o aumento do custo de carregamento da dívida pública, em um contexto de elevação da taxa básica de juros SELIC.

As despesas com remuneração de empregados registraram aumento de 0,13 p.p. do PIB, explicado pelo crescimento dos salários e vencimentos, especialmente do pessoal civil. Esse resultado reflete os reajustes remuneratórios concedidos ao funcionalismo, bem como o impacto do pagamento de sentenças judiciais e precatórios no período.

Os benefícios previdenciários e assistenciais permaneceram relativamente estáveis em proporção do PIB (-0,04 p.p. do PIB), refletindo movimentos compensatórios entre seus componentes. No âmbito dos benefícios de seguridade social, observou-se aumento da despesa, associado à ampliação do número de beneficiários do RGPS, aos efeitos da política de valorização do salário-mínimo e à elevação de pagamentos relacionados a sentenças judiciais e precatórios. Esse movimento foi parcialmente compensado pela redução dos auxílios financeiros a famílias no âmbito da assistência social.

Em contraste com o crescimento dos gastos, o investimento líquido do governo geral apresentou redução de 0,30 p.p. do PIB, passando de 0,67% do PIB em 2024 para 0,37% do PIB em 2025. Esse movimento foi explicado, majoritariamente, pelo comportamento da rubrica de ativos fixos, que recuou de 0,70% para 0,37% do PIB no período.

O principal componente dessa variação foi o investimento em edifícios e estruturas, que apresentou redução de 0,30 p.p. do PIB, refletindo menor execução de despesas associadas a obras públicas e projetos de infraestrutura. Adicionalmente, as aquisições de máquinas e equipamentos também registraram retração, ainda que de menor magnitude (-0,03 p.p. do PIB), reforçando a redução dos dispêndios voltados à formação bruta de capital fixo do governo geral.

Os demais componentes do investimento líquido apresentaram variações pouco significativas, não alterando de forma relevante a trajetória observada no período.

Na decomposição por esfera de governo, a redução do investimento líquido foi concentrada nos governos municipais, que registraram queda de 0,38 p.p. do PIB. Em sentido oposto, os governos estaduais e o governo central apresentaram variações positivas, de 0,05 p.p. e 0,03 p.p. do PIB, respectivamente, atenuando parcialmente a retração observada no agregado.

Tabela 6. Demonstrativo da despesa do Governo Geral - Brasil - Anual - 2025

Dados em: R\$ Milhões - Valores correntes

Fonte: STN, IBGE e BCB

Despesa do Governo Geral	Governo Central				Governos Estaduais	Governos Municipais	Coluna de consolidação	Governo Geral ¹
	Orçamentário	Extraorçamentário	Coluna de consolidação	Governo Central consolidado				
2M. Despesa (2+31)	4.330.482	0	0	4.330.482	1.738.881	1.337.754	-1.428.296	5.978.821
2. Gasto	4.346.041	0	0	4.346.041	1.708.704	1.305.717	-1.428.296	5.932.166
21. Remuneração de empregados	270.027	0	0	270.027	549.903	583.099	0	1.403.029
22. Uso de bens e serviços	90.715	0	0	90.715	231.978	401.207	0	723.900
23. Consumo de capital fixo	48.054	0	0	48.054	63.660	64.857	0	176.570
24. Juros	1.220.071	0	0	1.220.071	130.515	13.483	-102.888	1.261.182
25. Subsídios	25.632	0	0	25.632	4.687	12.835	0	43.154
26. Transferências / Doações	1.011.237	0	0	1.011.237	311.316	6.656	-1.325.408	3.801
27. Benefícios previdenciários e assistenciais	1.596.054	0	0	1.596.054	304.258	105.979	0	2.006.291
28. Outros gastos	84.252	0	0	84.252	112.387	117.601	0	314.239
31. Investimento líquido	-15.559	0	0	-15.559	30.176	32.037	0	46.655
311. Ativos fixos	-13.818	0	0	-13.818	29.936	30.995	0	47.113
312. Estoques	1.142	0	0	1.142	240	1.044	0	2.426
313. Objetos de valor	18	0	0	18	0	0	0	18
314. Ativos não produzidos	-2.901	0	0	-2.901	0	-1	0	-2.901
Itens de memorando								
31.1. Aquisição de ativos não financeiros	36.047	0	0	36.047	94.808	98.863	0	229.718
31.2. Venda de ativos não financeiros	3.552	0	0	3.552	973	1.969	0	6.494
31.3. Consumo de capital fixo	48.054	0	0	48.054	63.660	64.857	0	176.570

(1) O resultado consolidado do governo geral exclui as transferências e juros intergovernamentais.

Gráfico 7. Evolução da despesa por esfera de governo - Brasil - Anual - 2010 a 2025

Dados em: % PIB

Fonte: STN, IBGE e BCB

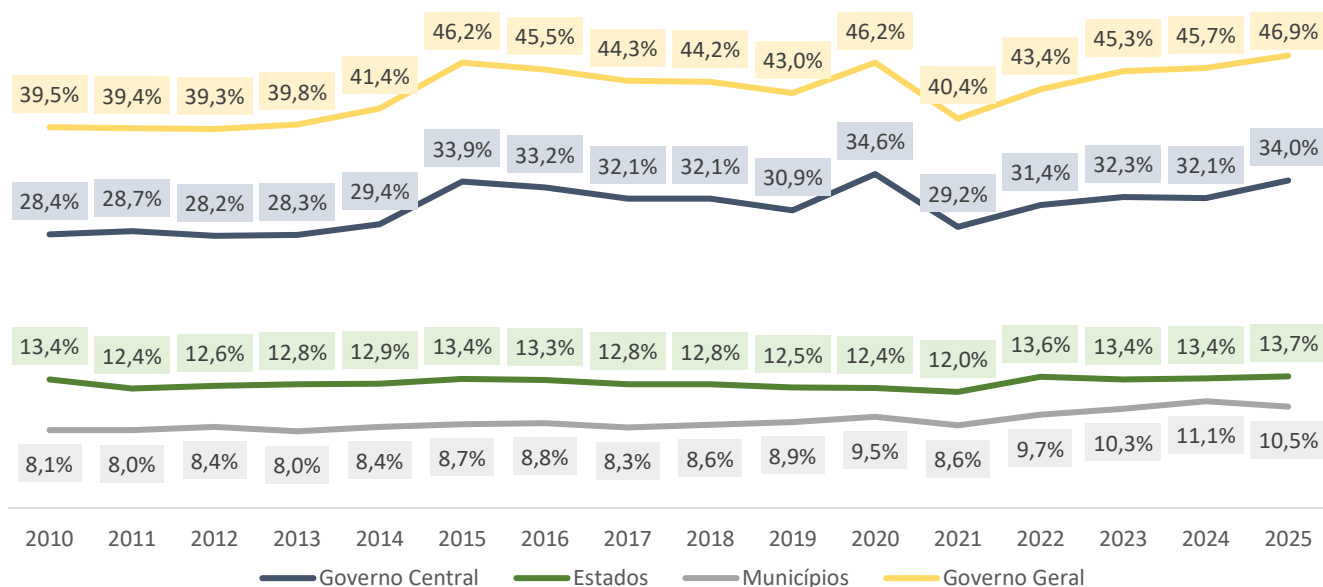


Tabela 7. Demonstrativo da despesa do Governo Geral - Brasil - Anual - 2024 e 2025

Dados em: R\$ Milhões - Valores correntes

Fonte: STN, IBGE e BCB

Despesa do Governo Geral	2024	2025	Diferença	Variação %
2M. Despesa (2+31)	5.377.975	5.978.821	600.846	11,17%
2. Gasto	5.299.537	5.932.166	632.629	11,94%
21. Remuneração de empregados	1.281.810	1.403.029	121.220	9,46%
22. Uso de bens e serviços	692.841	723.900	31.059	4,48%
23. Consumo de capital fixo	174.882	176.570	1.688	0,96%
24. Juros	971.991	1.261.182	289.191	29,75%
25. Subsídios	33.566	43.154	9.588	28,57%
26. Transferências / Doações	3.606	3.801	195	5,41%
27. Benefícios previdenciários e assistenciais	1.860.207	2.006.291	146.084	7,85%
28. Outros gastos	280.635	314.239	33.605	11,97%
31. Investimento líquido	78.438	46.655	-31.783	-40,52%
311. Ativos fixos	82.223	47.113	-35.110	-42,70%
312. Estoques	2.783	2.426	-357	-12,85%
313. Objetos de valor	18	18	0	-2,27%
314. Ativos não produzidos	-6.587	-2.901	3.685	-55,95%
Itens de memorando				
Aquisição de ativos não financeiros	263.083	229.718	-33.365	-12,68%
Venda de ativos não financeiros	9.763	6.494	-3.269	-33,49%
Consumo de capital fixo	174.882	176.570	1.688	0,96%

Gráfico 8. Evolução dos componentes da despesa: gasto e investimento do Governo Geral - Brasil - Anual - 2010 a 2025

Dados em: % PIB

Fonte: STN, IBGE e BCB

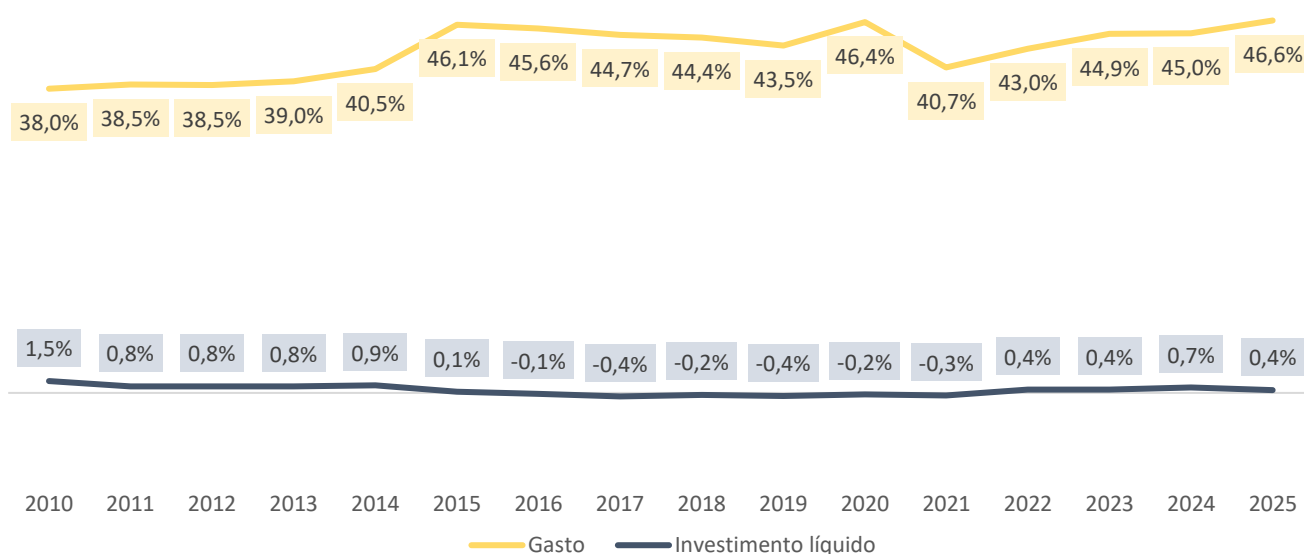
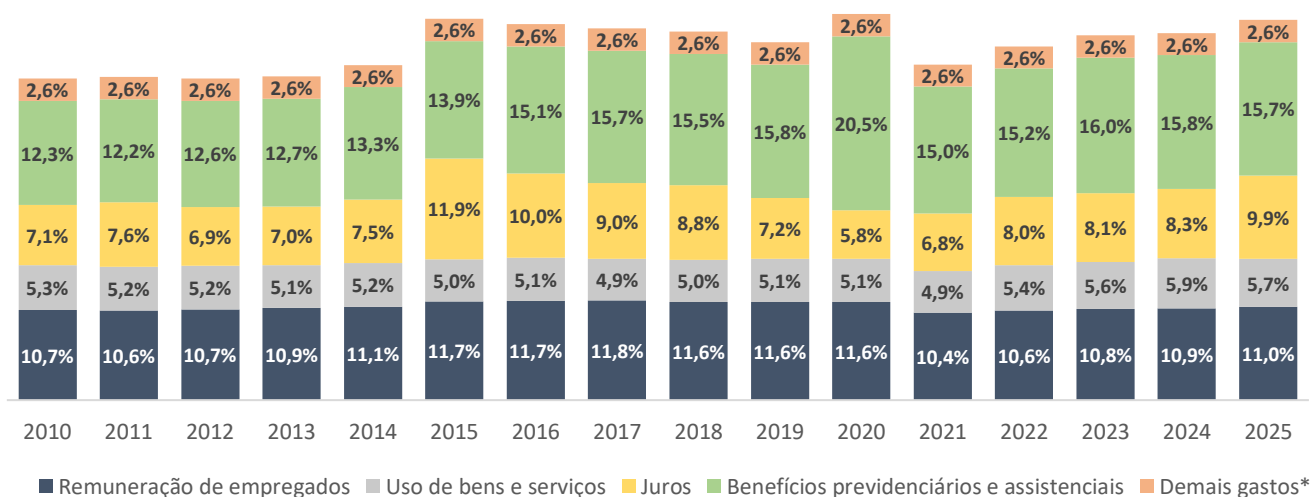


Gráfico 9. Composição do gasto do Governo Geral - Brasil - Anual - 2010 a 2025

Dados em: % PIB

Fonte: STN, IBGE e BCB

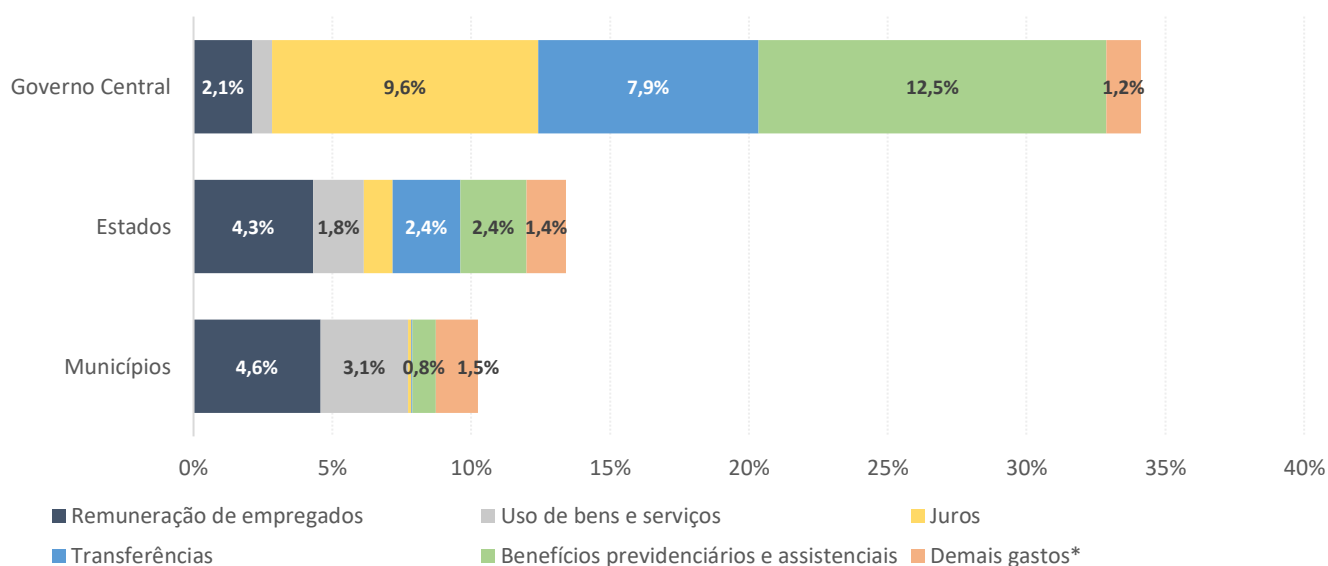


* Inclui os gastos de subsídios, consumo de capital fixo e outros gastos.

Gráfico 10. Composição da despesa por esfera de governo - Brasil - Anual - 2025

Dados em: % PIB

Fonte: STN, IBGE e BCB



* Inclui os gastos de subsídios, consumo de capital fixo e outros gastos.

Gráfico 11. Evolução do investimento líquido, consumo de capital fixo e investimento bruto do Governo Geral - Brasil - Anual - 2010 a 2025

Dados em: % PIB

Fonte: STN, IBGE e BCB

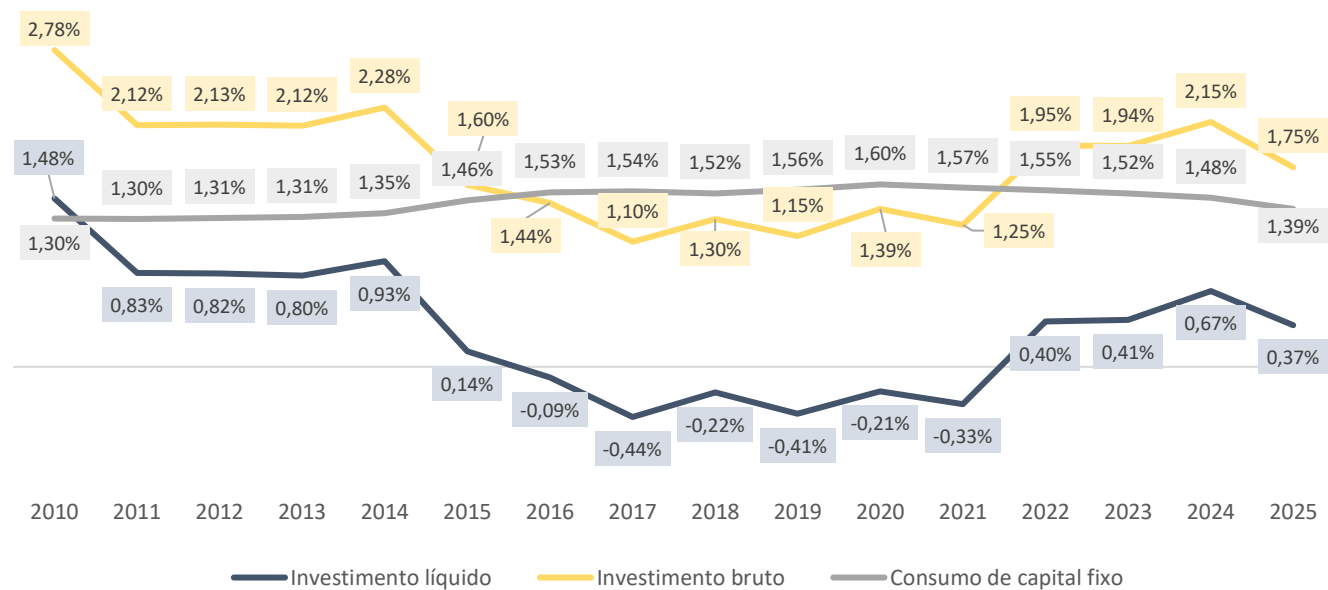


Gráfico 12. Evolução do investimento líquido por esfera de governo - Brasil - Anual - 2010 a 2025

Dados em: % PIB

Fonte: STN, IBGE e BCB

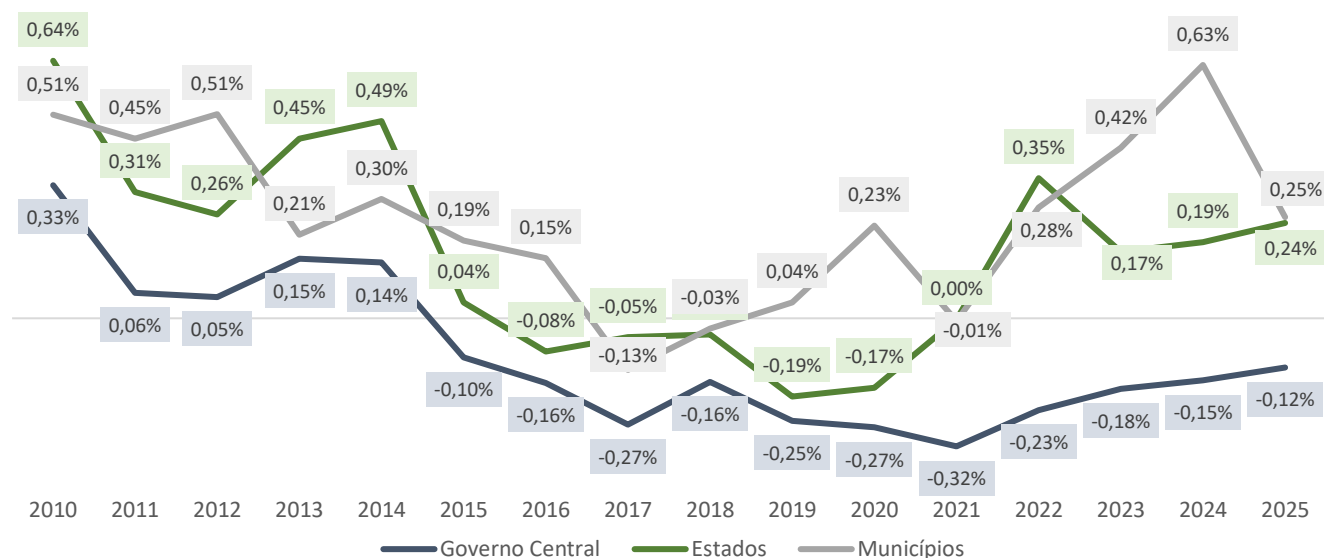
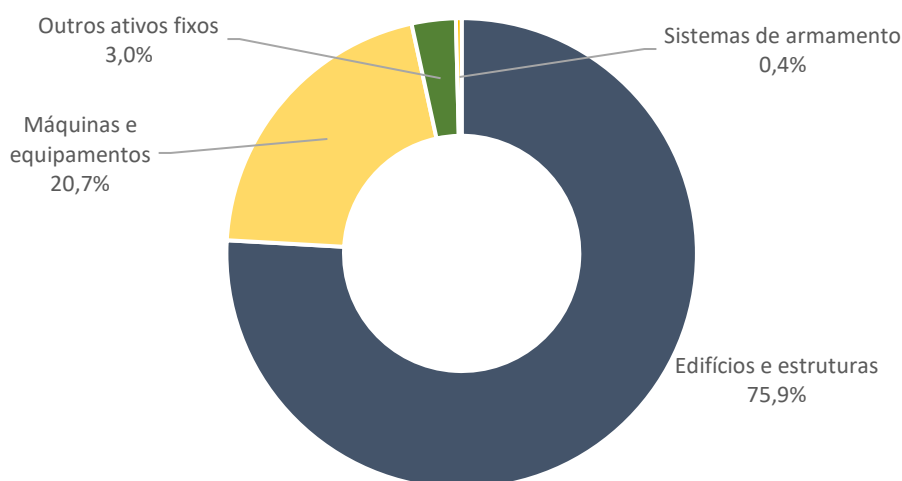


Gráfico 13. Composição do investimento bruto em ativos fixos (FBCF¹) do Governo Geral - Brasil - Anual - 2025

Dados em: % Total

Fonte: STN, IBGE e BCB



(1) FBCF: Formação Bruta de Capital Fixo.

2. Resultado do 4º Trimestre de 2025

No 4º trimestre de 2025, a necessidade líquida de financiamento do governo geral alcançou 8,61% do PIB, ante 6,32% do PIB no mesmo período do ano anterior. Essa variação se deve ao crescimento nominal de 11,38% da despesa do governo geral em relação ao mesmo período de 2024, parcialmente compensado pelo crescimento nominal de 6,17% da receita no mesmo período.

Na ótica por esfera de governo, a necessidade de financiamento do governo geral (8,61% do PIB) decorre de uma necessidade de financiamento de 6,02% do PIB do governo central, de 2,34% do PIB dos governos estaduais e de 0,24% do PIB dos governos municipais.

Tabela 8. Demonstrativo de operações do Governo Geral - 4º Trimestre de 2025

Dados em: R\$ Milhões - Valores correntes

Fonte: STN, IBGE e BCB

Demonstrativo de operações – Governo Geral	Governo Central				Governos Estaduais	Governos Municipais	Coluna de consolidação	Governo Geral ¹
	Orçamen- tário	Extraorça- mentário	Coluna de consolida- ção	Governo Central consoli- dado				
1. Receita	935.476	0	0	935.476	435.874	381.784	-401.337	1.351.797
<i>d/q 1411. Juros</i>	<i>90.611</i>	<i>0</i>	<i>0</i>	<i>90.611</i>	<i>7.454</i>	<i>13.829</i>	<i>-30.887</i>	<i>81.007</i>
2M. Despesa (2+31)	1.132.905	0	0	1.132.905	512.722	389.592	-401.337	1.633.882
2. Gasto	1.134.015	0	0	1.134.015	494.299	374.394	-401.337	1.601.371
<i>d/q 23. Consumo de capital fixo</i>	<i>12.219</i>	<i>0</i>	<i>0</i>	<i>12.219</i>	<i>16.187</i>	<i>16.491</i>	<i>0</i>	<i>44.896</i>
<i>d/q 24. Juros</i>	<i>325.870</i>	<i>0</i>	<i>0</i>	<i>325.870</i>	<i>38.129</i>	<i>3.669</i>	<i>-30.887</i>	<i>336.781</i>
31. Investimento líquido	-1.110	0	0	-1.110	18.423	15.198	0	32.511
Capacidade (+) / Necessidade (-) líquida de financiamento (1-2M)	-197.429	0	0	-197.429	-76.848	-7.808	0	-282.085
Capacidade (+) / Necessidade (-) líquida de financiamento primária (1-1411) - (2M-24))	37.830	0	0	37.830	-46.173	-17.968	0	-26.311
Itens de memorando:								
<i>1. Investimento bruto em ativos fi- xos (FBCF)</i>	<i>11.805</i>	<i>0</i>	<i>0</i>	<i>11.805</i>	<i>34.548</i>	<i>31.399</i>	<i>0</i>	<i>77.751</i>
<i>2. Resultado operacional bruto - ROB (1-2+23)</i>	<i>-186.320</i>	<i>0</i>	<i>0</i>	<i>-186.320</i>	<i>-42.238</i>	<i>23.881</i>	<i>0</i>	<i>-204.677</i>
<i>3. Resultado operacional líquido - ROL (1-2)</i>	<i>-198.539</i>	<i>0</i>	<i>0</i>	<i>-198.539</i>	<i>-58.425</i>	<i>7.390</i>	<i>0</i>	<i>-249.573</i>

(1) O resultado consolidado do governo geral exclui as transferências e juros intergovernamentais.

Tabela 9. Demonstrativo de operações do Governo Geral - Brasil - 4º Trimestre de 2024 e 2025

Dados em: R\$ Milhões - Valores correntes

Fonte: STN, IBGE e BCB

Demonstrativo de operações - Governo Geral	2024.IV	2025.IV	Diferença	Var. %
1. Receita	1.273.260	1.351.797	78.537	6,17%
d/q 1411. Juros	67.012	81.007	13.995	20,88%
2M. Despesa (2+31)	1.466.892	1.633.882	166.990	11,38%
2. Gasto	1.434.393	1.601.371	166.978	11,64%
d/q 23. Consumo de capital fixo	43.876	44.896	1.020	2,32%
d/q 24. Juros	263.353	336.781	73.428	27,88%
31. Investimento líquido	32.499	32.511	12	0,04%
Capacidade (+) / Necessidade (-) líquida de financiamento (1-2M)	-193.632	-282.085	-88.453	45,68%
Capacidade (+) / Necessidade (-) líquida de financiamento primária ((1-1411) - (2M-24))	2.709	-26.311	-29.020	-

Tabela 10. Demonstrativo de operações do Governo Geral - Brasil - 4º Trimestre de 2025

Dados em: % do PIB

Fonte: STN, IBGE e BCB

Demonstrativo de operações – Governo Geral	Governo Central				Governos Estaduais	Governos Municipais	Coluna de consolidação	Governo Geral ¹
	Orçamen- tário	Extraorça- mentário	Coluna de consolidação	Governo Cen- tral consoli- dado				
1. Receita	28,54%	0,00%	0,00%	28,54%	13,30%	11,65%	-12,24%	41,24%
d/q 1411. Juros	2,76%	0,00%	0,00%	2,76%	0,23%	0,42%	-0,94%	2,47%
2M. Despesa (2+31)	34,56%	0,00%	0,00%	34,56%	15,64%	11,89%	-12,24%	49,85%
2. Gasto	34,60%	0,00%	0,00%	34,60%	15,08%	11,42%	-12,24%	48,86%
d/q 23. Consumo de capital fixo	0,37%	0,00%	0,00%	0,37%	0,49%	0,50%	0,00%	1,37%
d/q 24. Juros	9,94%	0,00%	0,00%	9,94%	1,16%	0,11%	-0,94%	10,27%
31. Investimento líquido	-0,03%	0,00%	0,00%	-0,03%	0,56%	0,46%	0,00%	0,99%
Capacidade (+) / Necessidade (-) líquida de financiamento (1- 2M)	-6,02%	0,00%	0,00%	-6,02%	-2,34%	-0,24%	0,00%	-8,61%
Capacidade (+) / Necessidade (-) líquida de financiamento primária ((1-1411) - (2M-24))	1,15%	0,00%	0,00%	1,15%	-1,41%	-0,55%	0,00%	-0,80%
Itens de memorando:								
1. Investimento bruto em ativos fi- xos (FBCF)	0,36%	0,00%	0,00%	0,36%	1,05%	0,96%	0,00%	2,37%
2. Resultado operacional bruto - ROB (1-2+23)	-5,68%	0,00%	0,00%	-5,68%	-1,29%	0,73%	0,00%	-6,24%
3. Resultado operacional líquido - ROL (1-2)	-6,06%	0,00%	0,00%	-6,06%	-1,78%	0,23%	0,00%	-7,61%

(1) O resultado consolidado do governo geral exclui as transferências e juros intergovernamentais

Gráfico 14. Capacidade (+) / Necessidade (-) de financiamento líquida por esfera de governo - Brasil - 2024 e 2025
 Dados em: % PIB
 Fonte: STN, IBGE e BCB

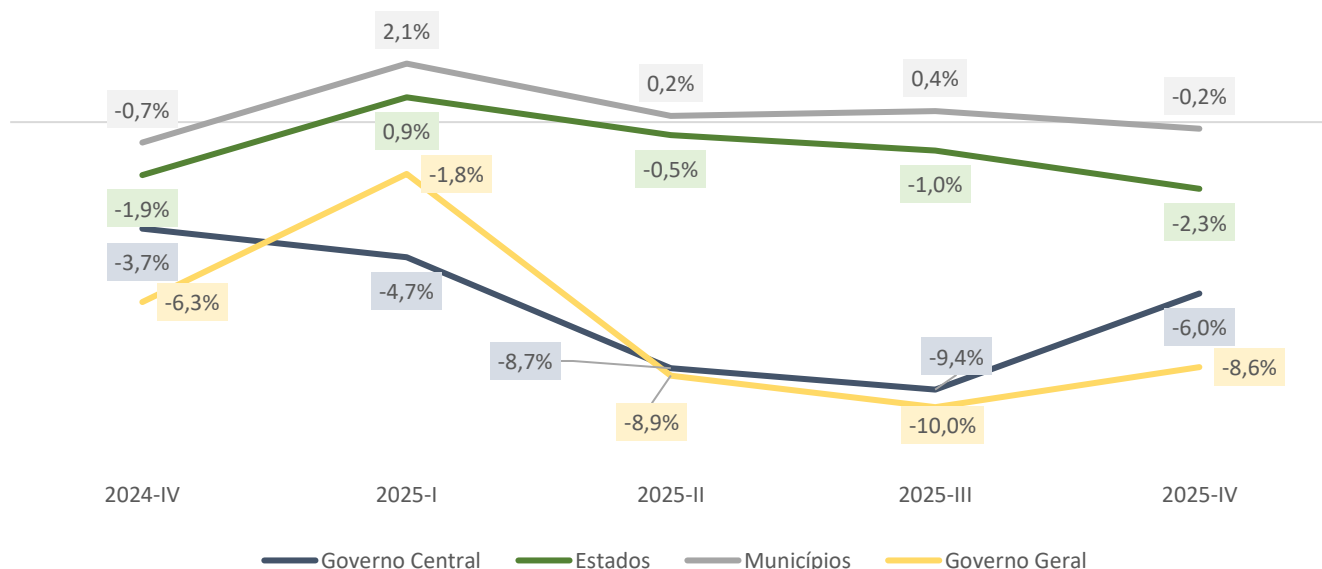
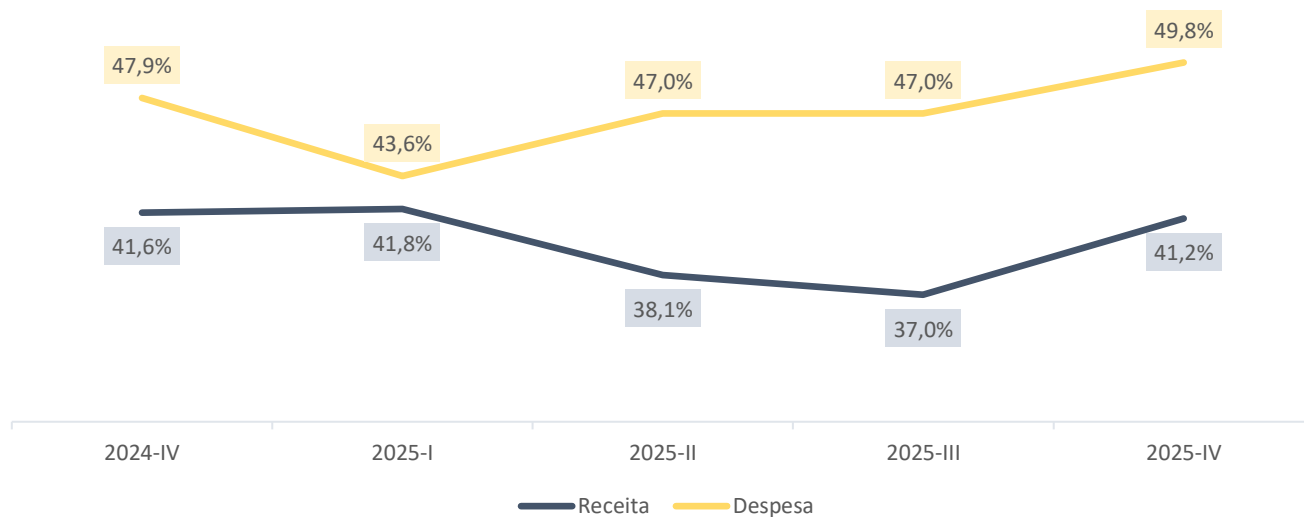


Gráfico 15. Receita e despesa do Governo Geral - Brasil - 2024 e 2025
 Dados em: % PIB
 Fonte: STN, IBGE e BCB



1.1. Receita do Governo Geral

A receita total do governo geral atingiu 41,24% do PIB no 4º trimestre de 2025, o que representa uma redução de 0,32 p.p. do PIB em relação aos 41,56% registrados no 4º trimestre de 2024. Esse resultado reflete, principalmente, a queda nas outras receitas (-1,04 p.p. do PIB), parcialmente compensada pelo aumento da arrecadação de impostos (+0,52 p.p. do PIB) e de contribuições sociais (+0,21 p.p. do PIB).

Na categoria de outras receitas, o decréscimo observado é explicado sobretudo pelo comportamento das rendas patrimoniais (-0,38 p.p. do PIB). Nesse grupo, destaca-se a queda nas receitas de dividendos (-0,57 p.p. do PIB), associada a um nível elevado de recebimentos observado no quarto trimestre de 2024 que não se repetiu em 2025. Em sentido oposto, as receitas de juros apresentaram aumento (+0,28 p.p. do PIB), atenuando parcialmente a retração das rendas patrimoniais.

Por outro lado, o agregado de impostos apresentou crescimento de 0,52 p.p. do PIB, impulsionado principalmente pelos impostos sobre renda, lucros e ganhos de capital (+0,27 p.p. do PIB), com destaque para o aumento nos outros impostos sobre a renda (+0,31 p.p. do PIB). Esse desempenho reflete a expansão do IRRF, especialmente sobre rendimentos do trabalho, em linha com o crescimento da massa salarial, e sobre rendimentos de capital, associado ao desempenho das aplicações financeiras.

Adicionalmente, os impostos sobre bens e serviços contribuíram positivamente (+0,22 p.p. do PIB), refletindo, sobretudo, o aumento da arrecadação do IOF (+0,20 p.p. do PIB) influenciado por alterações recentes na legislação que ampliaram sua incidência sobre operações financeiras e de câmbio.

As contribuições sociais registraram aumento de 0,21 p.p. do PIB, alcançando 8,62% do PIB. Esse desempenho foi explicado pelo crescimento das contribuições à seguridade social (+0,22 p.p. do PIB), especialmente das contribuições de empregadores, em linha com a evolução da massa salarial e do emprego formal, bem como com os efeitos da reoneração gradual da contribuição patronal de municípios e da folha de pagamentos, conforme estabelecido pela Lei nº 14.973/2024.

Tabela 11. Demonstrativo da receita do Governo Geral - Brasil - 4º Trimestre de 2025
Dados em: R\$ Milhões - Valores correntes
Fonte: STN, IBGE e BCB

Receita do Governo Geral	Governo Central				Governos Estaduais	Governos Municipais	Coluna de consolidação	Governo Geral ¹
	Orçamentário	Extraorçamentário	Coluna de consolidação	Governo Central consolidado				
1. Receita	935.476	0	0	935.476	435.874	381.784	-401.337	1.351.797
11. Impostos	535.120	0	0	535.120	258.032	67.961	0	861.113
111. Impostos sobre renda, lucros e ganhos de capital	314.395	0	0	314.395	0	0	0	314.395
112. Impostos sobre a folha de pagamento e a mão de obra	11.696	0	0	11.696	0	0	0	11.696
113. Impostos sobre a propriedade	805	0	0	805	19.623	20.921	0	41.348
114. Impostos sobre bens e serviços	185.278	0	0	185.278	238.409	47.040	0	470.727
115. Impostos sobre o comércio e transações internacionais	22.948	0	0	22.948	0	0	0	22.948
116. Outros impostos	0	0	0	0	0	0	0	0
12. Contribuições sociais	224.391	0	0	224.391	37.679	20.354	0	282.424
13. Transferências / Doações	119	0	0	119	104.275	266.077	-370.450	21
14. Outras receitas	175.845	0	0	175.845	35.888	27.392	-30.887	208.239
1411. Juros	90.611	0	0	90.611	7.454	13.829	-30.887	81.007
14x. Demais	85.235	0	0	85.235	28.434	13.563	0	127.231

(1) O resultado consolidado do governo geral exclui as transferências e juros intergovernamentais

Tabela 12. Demonstrativo da receita do Governo Geral - Brasil - 4º Trimestre de 2024 e 2025
Dados em: R\$ Milhões - Valores correntes
Fonte: STN, IBGE e BCB

Receita do Governo Geral	2024.IV	2025.IV	Diferença	Var. %
1. Receita	1.273.260	1.351.797	78.537	6,17%
11. Impostos	789.088	861.113	72.025	9,13%
12. Contribuições sociais	257.509	282.424	24.915	9,68%
13. Transferências / Doações	25	21	-4	-14,54%
14. Outras receitas	226.639	208.239	-18.400	-8,12%

Gráfico 16. Evolução da receita por esfera de governo - Brasil - 2024 e 2025

Dados em: % PIB

Fonte: STN, IBGE e BCB

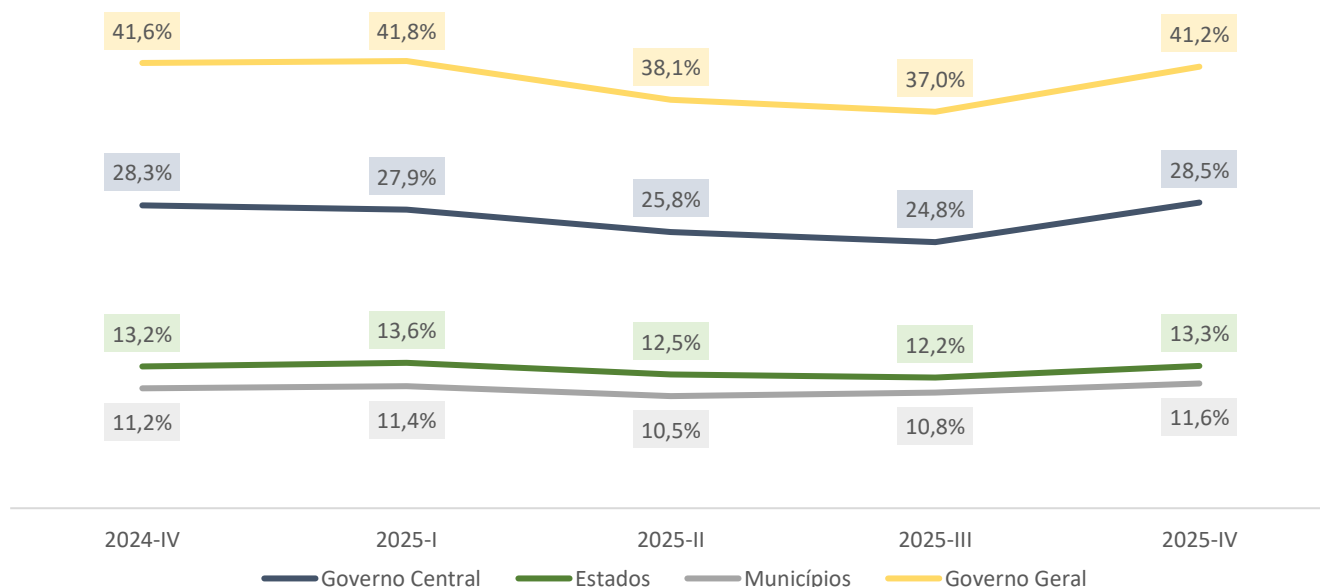
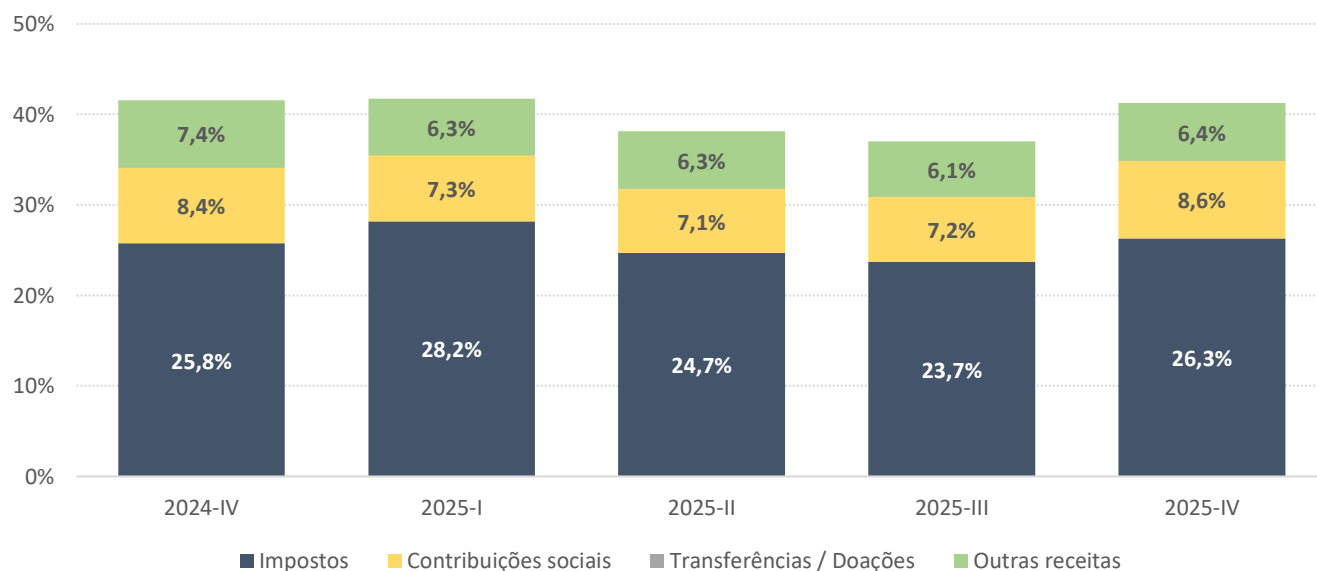


Gráfico 17. Composição da receita do Governo Geral - Brasil - 2024 e 2025

Dados em: % PIB

Fonte: STN, IBGE e BCB



1.2. Despesa do Governo Geral

A despesa total do governo geral, que considera os gastos e o investimento líquido, alcançou 49,85% do PIB no 4º trimestre de 2025, o que representa uma expansão de 1,97 p.p. do PIB em relação aos 47,88% registrados no mesmo período de 2024. Esse resultado foi impulsionado pelo aumento nos gastos, que evoluíram de 46,82% do PIB para 48,86% do PIB no período analisado. Em contrapartida, registrou-se uma redução no investimento líquido, que passou de 1,06% do PIB no 4º trimestre de 2024 para 0,99% do PIB no mesmo período de 2025.

No que se refere aos gastos, destaque para os juros, que passaram de 8,60% do PIB no 4º trimestre de 2024 para 10,27% do PIB no 4º trimestre de 2025. Esse acréscimo de 1,68 p.p. do PIB reflete o custo de carregamento da dívida pública em um cenário de elevação da taxa básica de juros - SELIC.

Os gastos com remuneração de empregados registraram aumento de 0,32 p.p. do PIB, explicado pelo crescimento dos salários e vencimentos, especialmente do pessoal civil (+0,15 p.p. do PIB), refletindo reajustes remuneratórios e a recomposição de quadros funcionais. As contribuições sociais efetivas associadas à remuneração também apresentaram elevação (+0,12 p.p. do PIB), em linha com esse movimento.

Os benefícios previdenciários e assistenciais permaneceram relativamente estáveis (-0,04 p.p. do PIB), refletindo movimentos compensatórios entre seus componentes. Observou-se aumento nos benefícios de seguridade social (+0,16 p.p. do PIB), com destaque para as aposentadorias e pensões do RGPS (+0,10 p.p. do PIB), associado à expansão da base de beneficiários e aos efeitos da política de valorização do salário-mínimo. Esse movimento foi parcialmente compensado pela redução nos benefícios de assistência social (-0,24 p.p. do PIB), especialmente nos auxílios financeiros a famílias, em consonância com menores pagamentos no âmbito do Programa Bolsa Família, explicados principalmente pela redução do contingente de famílias elegíveis.

O investimento líquido do governo geral, por sua vez, apresentou uma redução de 0,07 p.p. do PIB, situando-se em 0,99% do PIB no 4º trimestre de 2025, contra 1,06% do PIB registrado no mesmo período de 2024. Em grande parte, esse movimento foi influenciado pela rubrica de ativos fixos, que recuou de 1,21% para 1,00% do PIB. O principal componente dessa variação negativa foi o investimento em edifícios e estruturas, que sofreu uma retração de 0,22 p.p. do PIB. Esse decréscimo reflete uma menor execução de despesas destinadas a obras públicas e projetos de infraestrutura de longo prazo em comparação ao 4º trimestre de 2024. Em contrapartida, os investimentos em ativos não produzidos intangíveis apresentaram elevação, passando de -0,18% para -0,04% do PIB, o que representa uma diminuição de transações

de vendas desses ativos pelo governo geral, como autorizações de uso ou exploração de determinados recursos ou atividades.

No que tange à desagregação por esfera de governo, observa-se que o investimento líquido de 0,99% do PIB do governo geral foi composto por resultados distintos entre os entes federativos. Os governos estaduais e municipais registraram investimentos líquidos equivalentes a 0,56% e 0,46% do PIB, respectivamente. Em contraste, o governo central apresentou um resultado de -0,03% do PIB, indicando que o consumo de capital fixo superou o investimento bruto no período analisado.

Tabela 13. Demonstrativo da despesa do Governo Geral - Brasil - 4º Trimestre de 2025

Dados em: R\$ Milhões - Valores correntes

Fonte: STN, IBGE e BCB

Despesa do Governo Geral	Governo Central				Governos Estaduais	Governos Municipais	Coluna de consolidação	Governo Geral ¹
	Orçamentário	Extraorçamentário	Coluna de consolidação	Governo Central consolidado				
2M. Despesa (2+31)	1.132.905	0	0	1.132.905	512.722	389.592	-401.337	1.633.882
2. Gasto	1.134.015	0	0	1.134.015	494.299	374.394	-401.337	1.601.371
21. Remuneração de empregados	78.378	0	0	78.378	165.046	171.063	0	414.487
22. Uso de bens e serviços	27.714	0	0	27.714	71.647	115.988	0	215.349
23. Consumo de capital fixo	12.219	0	0	12.219	16.187	16.491	0	44.896
24. Juros	325.870	0	0	325.870	38.129	3.669	-30.887	336.781
25. Subsídios	6.891	0	0	6.891	1.379	3.274	0	11.545
26. Transferências / Doações	289.592	0	0	289.592	79.881	2.014	-370.450	1.036
27. Benefícios previdenciários e assistenciais	372.269	0	0	372.269	88.475	30.877	0	491.621
28. Outros gastos	21.083	0	0	21.083	33.556	31.016	0	85.655
31. Investimento líquido²	-1.110	0	0	-1.110	18.423	15.198	0	32.511
311 Ativos fixos	-414	0	0	-414	18.361	14.908	0	32.855
312 Estoques	721	0	0	721	62	291	0	1.074
313 Objetos de valor	4	0	0	4	0	0	0	4
314 Ativos não produzidos	-1.422	0	0	-1.422	0	0	0	-1.422
Itens de memorando								
31.1. Aquisição de ativos não financeiros	12.726	0	0	12.726	35.143	32.310	0	80.180
31.2. Venda de ativos não financeiros	1.618	0	0	1.618	534	621	0	2.773
31.3. Consumo de capital fixo	12.219	0	0	12.219	16.187	16.491	0	44.896

(1) O resultado consolidado do Governo Geral exclui as transferências e juros intergovernamentais.

(2) Investimento líquido em ativos não financeiros corresponde à aquisição menos a venda de ativos não financeiros menos o consumo de capital fixo.

Tabela 14. Demonstrativo da despesa do Governo Geral - Brasil - 4º Trimestre de 2024 e 2025

Dados em: R\$ Milhões - Valores correntes

Fonte: STN, IBGE e BCB

Despesa do Governo Geral	2024.IV	2025.IV	Diferença	Var. %
2M. Despesa (2+31)	1.466.892	1.633.882	166.990	11,38%
2. Gasto	1.434.393	1.601.371	166.978	11,64%
21. Remuneração de empregados	377.702	414.487	36.785	9,74%
22. Uso de bens e serviços	199.422	215.349	15.926	7,99%
23. Consumo de capital fixo	43.876	44.896	1.020	2,32%
24. Juros	263.353	336.781	73.428	27,88%
25. Subsídios	9.635	11.545	1.910	19,83%
26. Transferências / Doações	960	1.036	77	7,99%
27. Benefícios previdenciários e assistenciais	460.649	491.621	30.973	6,72%
28. Outros gastos	78.796	85.655	6.859	8,70%
31. Investimento líquido	32.499	32.511	12	0,04%
311 Ativos fixos	37.113	32.855	-4.257	-11,47%
312 Estoques	970	1.074	103	10,66%
313 Objetos de valor	4	4	1	20,58%
314 Ativos não produzidos	-5.587	-1.422	4.165	-74,55%

Gráfico 18. Evolução das despesas por esfera de governo - Brasil - 2024 e 2025

Dados em: % PIB

Fonte: STN, IBGE e BCB

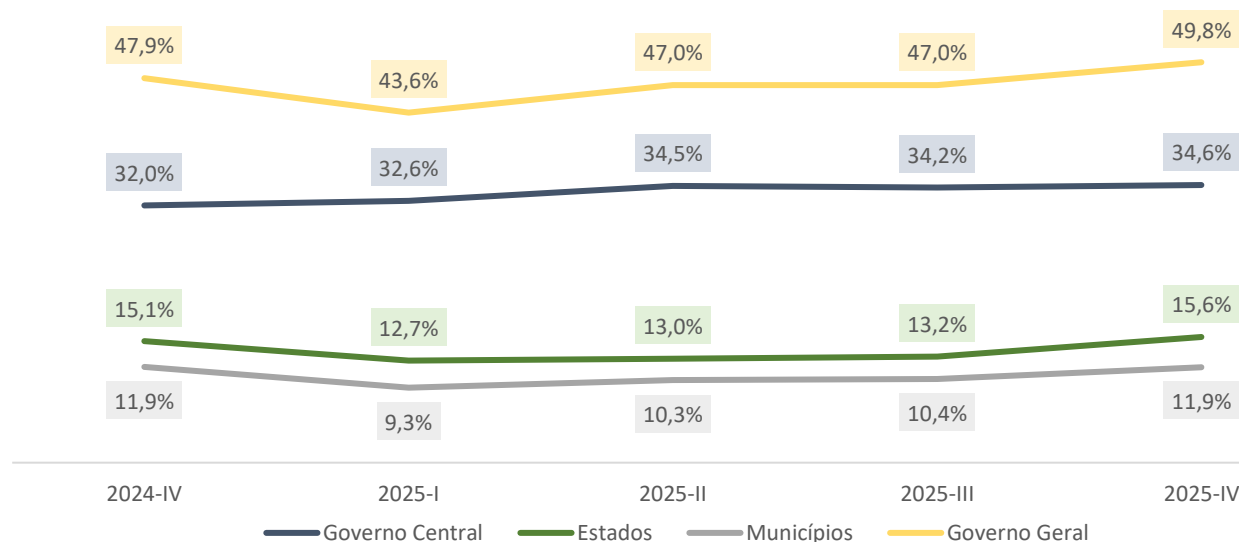


Gráfico 19. Evolução dos componentes da despesa: gasto e investimento do Governo Geral - Brasil - 2024 e 2025
 Dados em: % PIB
 Fonte: STN, IBGE e BCB

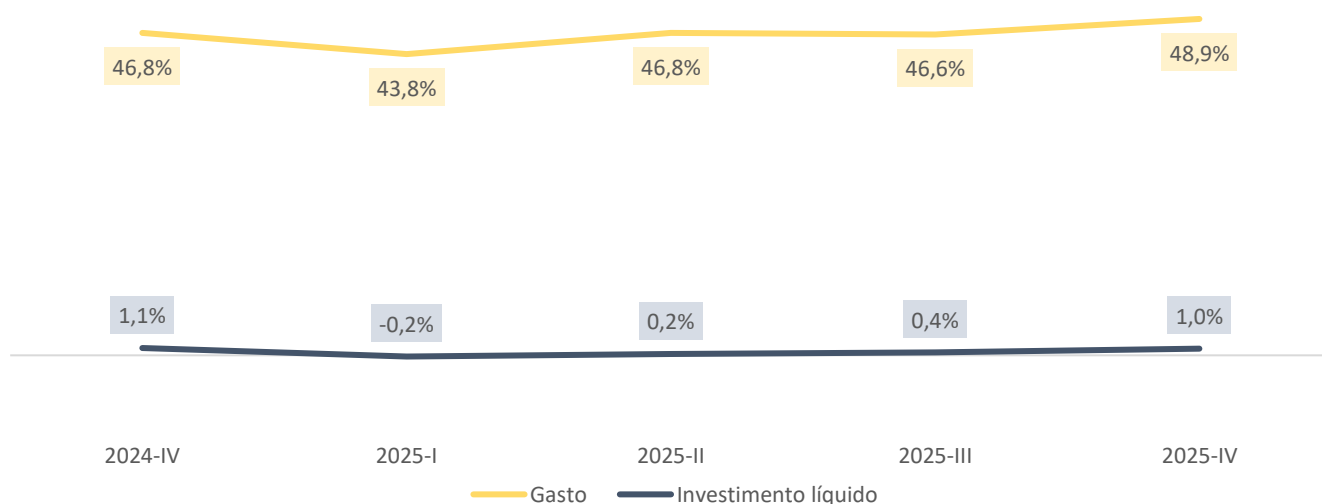
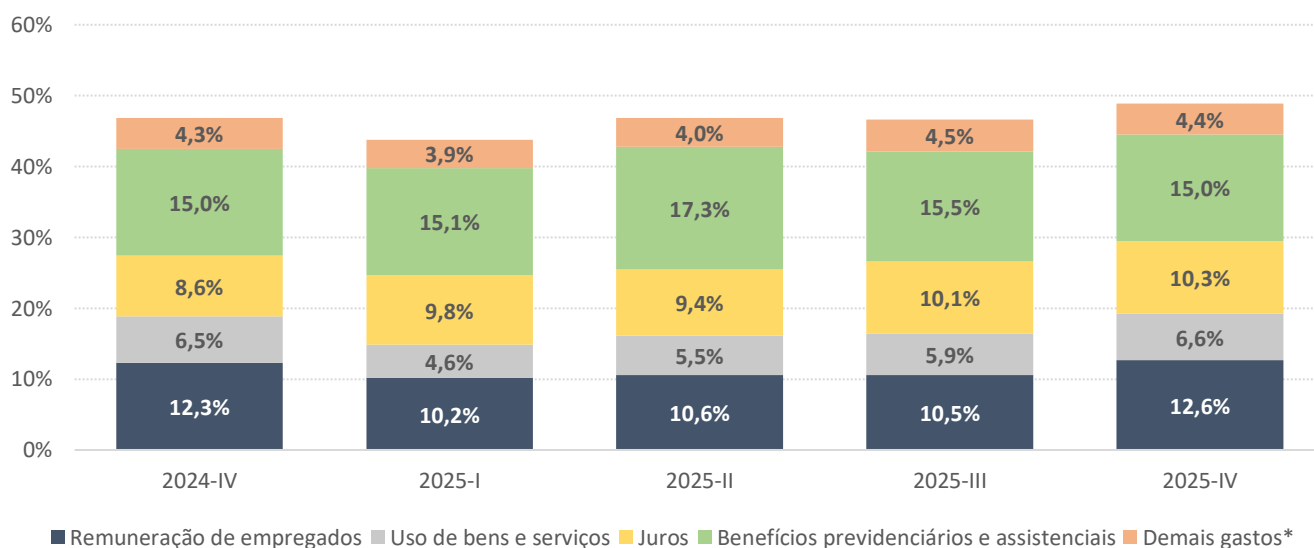


Gráfico 20. Composição do gasto do Governo Geral - Brasil - 2024 e 2025
 Dados em: % PIB
 Fonte: STN, IBGE e BCB



* Inclui os gastos de consumo de capital fixo, subsídios, transferências e outros gastos.

Gráfico 21. Evolução do investimento líquido por esfera de governo - Brasil - 2024 e 2025

Dados em: % PIB

Fonte: STN, IBGE e BCB

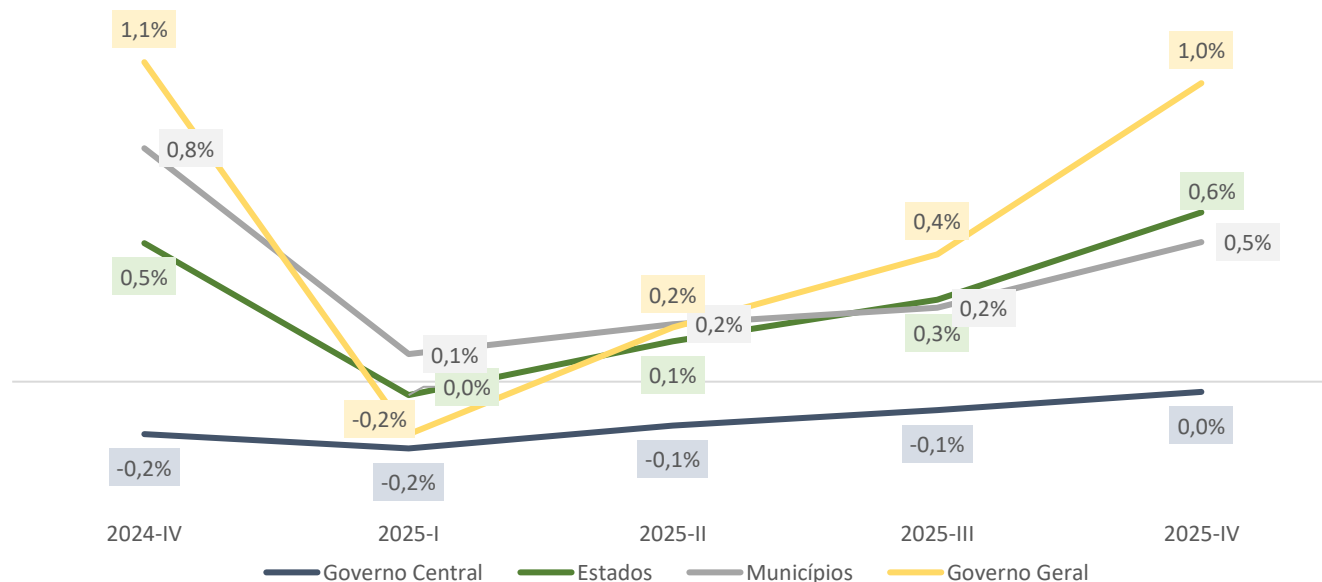
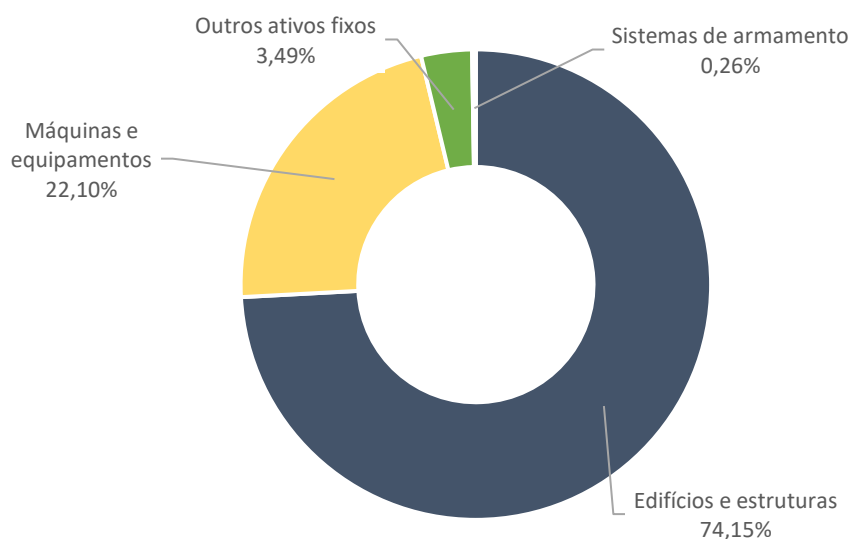


Gráfico 22. Composição do investimento bruto em ativos fixos (FBCF¹) do Governo Geral - Brasil - 4º trimestre de 2025

Dados em: % Total

Fonte: STN, IBGE e BCB



(1) FBCF: Formação Bruta de Capital Fixo.

2. Notas Metodológicas

Apresentação

Este boletim apresenta as estatísticas de finanças públicas do governo geral (governo central, governos estaduais e municipais) com periodicidade trimestral. As informações aqui apresentadas são compiladas e apresentadas de acordo com a metodologia do Manual de Estatísticas de Finanças Públicas de 2014 do Fundo Monetário Internacional-FMI – MEFP 2014 (em inglês, *Government Finance Statistics Manual – GFSM 2014*). Todas as estatísticas são apresentadas na estrutura do Demonstrativo de Operações, que é um resumo das transações do governo apresentando detalhes das receitas, gastos e investimento líquido em ativos não financeiros.

As Estatísticas de Finanças Públicas - EFPs são um conjunto de conceitos e princípios desenvolvidos pelo FMI com o objetivo de proporcionar um arcabouço conceitual que facilite a análise da política fiscal e possibilite quantificar as ações do governo. As EFP são uma representação econômica da atividade financeira do governo.

As informações são compiladas no âmbito dos Acordos de Cooperação Técnica firmados entre STN e IBGE e STN e IPEA, com o objetivo central de aperfeiçoar as estatísticas fiscais no Brasil no sentido da convergência com os conceitos e metodologias estabelecidas pelo GFSM 2014 do FMI. Neste caso, o objetivo principal é construir agregados econômicos harmonizados internacionalmente – permitindo a comparação entre países – e com o Sistema de Contas Nacionais – possibilitando uma análise mais precisa das relações entre as variáveis fiscais e as econômicas.

Em virtude de questões metodológicas abordadas ao final deste documento, as informações aqui apresentadas correspondem a uma estimativa das finanças do governo geral para o período em análise. Estes números serão revistos e substituídos ao longo dos próximos meses. Os dados definitivos serão apresentados na publicação “Estatísticas de Finanças Públicas e Conta Intermediária de Governo”, com periodicidade anual. Esta é uma publicação conjunta do Tesouro Nacional e do IBGE que garante a consistência entre os sistemas de contas nacionais e de Estatísticas de Finanças Públicas.

Abrangência

Nesta publicação é considerado o setor institucional governo geral que compreende todas as unidades de governo (central, estaduais e municipais) e os fundos de previdência social controlados por essas unidades.

Governo Central

O governo central é composto por todas as unidades que integram o Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, exceto o Banco Central do Brasil que, dadas suas características, compõe o subsetor de corporações públicas financeiras.

Governos subnacionais (estados e municípios)

A abrangência dos governos estaduais compreende os órgãos da administração direta e entidades da administração indireta (autarquias, fundações, fundos especiais, empresas estatais dependentes), de todos os poderes públicos, das unidades administrativas de 26 estados e do Distrito Federal.

No caso dos governos municipais, compreende as unidades administrativas dos 5.570 municípios. O processo de coleta de dados corresponde a aproximadamente 90% da cobertura total. Desta forma, práticas estatísticas são aplicadas para extrapolar a cobertura ao conjunto de municípios.

Fontes e metodologia

Bases de dados

A fonte primária para a obtenção dos dados do governo central é o Sistema de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI.

Para a obtenção de dados dos estados e do Distrito Federal a fonte primária é o Demonstrativo de Contas Anuais disponível no Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro - Siconfi. Este banco de dados compila informações contábeis e orçamentárias de todas as unidades da federação, sendo que no presente trabalho foram extraídas, em especial, informações sobre receitas e despesas orçamentárias, bem como dados sobre a execução de restos a pagar, além das respectivas contas patrimoniais.

A partir de 2019, a fonte primária dos dados utilizados para os governos estaduais é a Matriz de Saldos Contábeis (MSC), que consiste em uma grande massa de dados extraída pelos entes da federação diretamente dos seus sistemas contábil-financeiros e encaminhados ao Siconfi. Em casos específicos, foram realizadas consultas aos portais de transparência fiscal ou sítios das secretarias estaduais de fazenda para garantia da consistência das informações com as fontes de dados utilizadas.

No caso dos municípios, a fonte primária para obtenção de dados também é o Demonstrativo de Contas Anuais disponível no Siconfi. Apesar da exigência legal, uma proporção inferior a 10% dos municípios não cumpre com o processo de envio de dados. Desta forma são aplicadas técnicas estatísticas para extrapolar a cobertura ao conjunto de municípios. Tal metodologia utiliza dados de outras fontes, tais como portais

de transparência e outras plataformas de governo. A partir de 2022, assim como ocorreu para os governos estaduais, a fonte primária dos dados utilizados para os governos municipais é a MSC.

Um ajuste adicional realizado foi o acréscimo nas receitas de contribuições sociais dos valores líquidos de contribuições patronais para financiamento do Regime Próprio de Previdência Social - RPPS. Esse procedimento se fez necessário devido à necessidade de se equilibrarem os valores entre as despesas com contribuições sociais dos empregadores do Plano de Seguridade Social do Servidor - PSS e as receitas de contribuições ao empregador.

Outra fonte complementar de informação são as informações de receitas e despesas de juros das três esferas de governo em análise. Como o Banco Central do Brasil é o órgão responsável pela produção e disseminação de estatísticas sob a ótica de financiamento, os dados destas contas são fornecidos diretamente pelo Banco. Destaca-se, como exceção, a obtenção (via FINBRA) das receitas de juros dos municípios brasileiros para o período estudado nesta publicação. No que se refere às informações de juros do governo central, destaca-se que, até 2019, elas incluem os juros nominais das operações com reservas cambiais e das operações com derivativos cambiais realizadas pelo Banco Central, conforme equalização das perdas/ganhos prevista na Lei nº 11.803/2008. A partir de 2020, conforme Lei nº 13.820/2019, o resultado dessas operações não afeta os juros nominais do governo central.

Por fim, os valores de consumo de capital fixo do governo geral são calculados e fornecidos pelo IBGE e adotados pela STN.

Base de registro

O fluxo de receitas de todas as esferas foi classificado pelo conceito de caixa, ainda que o GFSM 2014 determine a adoção de critério de competência. A razão para esta escolha é que o registro das receitas pelo critério de competência possui considerável grau de incerteza em relação a sua efetiva arrecadação, além de requerer estimativas da base de cálculo dos tributos a partir de variáveis macroeconômicas. Do lado das despesas, foi considerado para todas as esferas o conceito de despesa liquidada, que representa o total empenhado e liquidado pelas unidades executoras dos respectivos entes, somado aos restos a pagar não processados liquidados. Cabe destacar ainda que, no início da série histórica, na indisponibilidade desta última informação, às despesas liquidadas dos governos estaduais e municipais foram adicionados os pagamentos de restos a pagar não processados inscritos em exercícios anteriores, de modo a se criar uma *proxy* do regime de competência, uma vez que esse tipo de restos a pagar ao serem pagos foram, em algum momento, obrigatoriamente liquidados.

O GFSM 2014 também inclui o Demonstrativo de Operações de Caixa, no qual as estatísticas de fluxos devem ser apuradas no regime de caixa. Este é um demonstrativo adicional cujo objetivo principal, ao

contrário dos demais demonstrativos, não é avaliar a sustentabilidade fiscal do governo, mas sua liquidez, além de medir o impacto das operações de governo sobre a demanda agregada.

Consolidação

Consolidação é um método de apresentação das estatísticas fiscais que implica tratar um conjunto de unidades como se uma única unidade fosse. Todas as transações cruzadas devem ser eliminadas para efeito de consolidação em um nível maior de agregação, com destaque especial para as contas contábeis relativas a transferências e juros. Assim, para que possa ser feita uma análise no nível de cobertura de governo geral, deve ser realizada, primeiramente, a consolidação dos dados de governo central, estados e municípios, de modo a gerar dados de governo geral em bases consistentes e sem duplicidade de valores. Para não incorrer em perda de informações analíticas, o GFSM 2014 recomenda a publicação dos dados das esferas em separado e na forma consolidada.

Apesar de esse ser o tratamento preconizado pelo GFSM 2014, dificilmente os distintos setores registram corretamente todas as transações envolvendo as diferentes partes, o que obriga o compilador de estatísticas fiscais a adotar procedimentos específicos para tratamento dos dados. Um passo anterior à consolidação final diz respeito ao tratamento da discrepância entre o total de receitas e despesas intergovernamentais. Essa discrepância é ajustada proporcionalmente nos valores de receita de transferências dos governos regionais, de modo a igualar os fluxos de receitas e despesas de transferências. Posteriormente, com o intuito de manter os valores da receita total dos entes, o valor incluído nas transferências é deduzido de outras receitas. Assim, a premissa adotada foi a de que não deve haver impacto fiscal quando da realização dos ajustes de consolidação. Ou seja, partiu-se do pressuposto de que as esferas subnacionais realizam todos os seus registros contábeis, mesmo que de maneira não aderente às melhores práticas de contabilidade.

Indicadores GFS

Demonstrativo de Operações

Dois importantes resultados analíticos derivam do Demonstrativo de Operações do Governo. São eles:

- a) Resultado Operacional Líquido: corresponde a receita menos gasto. É um indicador sintético da sustentabilidade corrente das operações do governo e capta todos os custos correntes de operações governamentais. Deve-se notar que o resultado operacional líquido, tal como definido aqui, exclui ganhos e perdas resultantes de variações dos níveis de preço e outras variações do volume de ativos.
- b) Resultado Operacional Bruto: difere do resultado operacional líquido por não incluir o consumo de capital fixo como gasto.

c) Capacidade / Necessidade líquida de financiamento: corresponde ao resultado operacional líquido deduzido da aquisição líquida de ativos não financeiros. É um indicador sintético que revela a medida em que o governo coloca recursos financeiros à disposição de outros setores da economia ou utiliza os recursos financeiros gerados por outros setores. Pode, portanto, ser visto como indicador do efeito financeiro da atividade governamental sobre o resto da economia. Excluindo-se as receitas e despesas de juros, obtém-se o indicador de capacidade / necessidade líquida de financiamento primária.

Demonstrativo de Operações de Caixa

O Demonstrativo de Operações de Caixa evidencia a quantia total de caixa gerada ou absorvida por operações correntes; transações com ativos não financeiros; e transações envolvendo ativos e passivos financeiros distintos do próprio caixa. A variação líquida da posição de caixa do governo é a soma do caixa líquido recebido dessas três fontes. As informações a respeito das fontes e usos de caixa são importantes para se avaliar a liquidez do setor governo geral. O indicador fornecido por este demonstrativo é:

a) Superávit / Déficit de caixa: é um indicador que evidencia a necessidade de fluxo de caixa de um setor. Quando é superavitário, reflete a disponibilidade de caixa do governo para aumentar seus ativos financeiros ou diminuir o seu passivo. Quando é deficitário, reflete a necessidade de caixa do governo. Excluindo-se as receitas e despesas de juros, obtém-se o indicador de superávit / déficit de caixa primário.

Embora o Demonstrativo de Operações de Caixa não esteja disponibilizado neste boletim, seus dados estão disponíveis nas tabelas presentes no portal do Tesouro Nacional, no seguinte endereço:

<https://www.gov.br/tesouronacional/pt-br/estatisticas-fiscais-e-planejamento/estatisticas-fiscais-do-governo-geral>

Revisões

As revisões serão realizadas a cada trimestre, conforme necessário, como resultado de atualização de base de dados, correções e tratamentos metodológicos.

Principais revisões/alterações metodológicas:

Em 2017, foi realizado ajuste metodológico em relação ao tratamento conferido ao Fundo Constitucional Distrito Federal - FCDF que, anteriormente, era incorporado nas despesas do governo central. Os valores das despesas do FCDF passaram a ser registrados no âmbito dos governos estaduais, com o correspondente registro de transferência do governo central.

Em 2018, foi incluído o tratamento para despesas do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), que passam a ser incorporadas como transferência de capital às famílias (despesa do governo central orçamentário), correspondente ao índice de inadimplência da carteira (superior a 360 dias) aplicado sobre o

volume corrente de desembolsos dos financiamentos em contratos sem garantia do Fundo de Garantia de Operações de Crédito Educativo (FGEDUC) ou do Fundo Garantidor do Fies (FG-Fies), ambos fundos de natureza privada com patrimônio constituído.

Em 2019, visando o alinhamento às práticas internacionais de finanças públicas, promoveu-se a alteração do registro do Imposto sobre a Renda e Proventos arrecadado pelos estados e municípios para o governo central. Esta alteração busca atender orientação expressa no GFSM 2014, parágrafo 5.34, que indica que o imposto deve ser atribuído à unidade de governo que exerce a autoridade para impor o imposto e definir suas alíquotas. Por se tratar de imposto de competência federal, conforme estabelece o inciso III do art. 153 da Constituição Federal, o atendimento da recomendação indica o registro na esfera federal. Anteriormente essa arrecadação era mantida nas esferas subnacionais, conforme os valores registrados no Si-confi. A alteração de 2019 mudou o tratamento para toda a série histórica.

Para adequar os lançamentos desta arrecadação, foram realizados os seguintes ajustes: 1) na esfera federal, os valores das arrecadações de estados e municípios foram lançados como receita de impostos sobre a renda e o mesmo valor como despesa de transferência intergovernamental; 2) nos estados e municípios, os valores arrecadados foram reclassificados de impostos sobre a renda para receita transferências intergovernamentais. Esta alteração metodológica não gera impacto nos saldos das tabelas de finanças públicas.

Em 2020, foram realizadas alterações no Demonstrativo de Operações, o qual apresenta detalhes das transações de receita e gasto, bem como o investimento líquido em ativos não financeiros. Na estrutura anterior, o conceito de despesa era atribuído ao que, agora, denomina-se gasto. A mudança de nomenclatura foi introduzida a fim de transmitir de maneira mais clara os conceitos do marco metodológico do GFSM 2014. Assim, essa alteração visa evidenciar a diferença entre as transações que resultam em uma diminuição do patrimônio líquido e aquelas que não o modificam, enquanto as transações que não alteram o patrimônio líquido compõem o investimento. As despesas passam, portanto, a ser entendidas como a soma dos gastos e do investimento líquido.

A estrutura do Demonstrativo de Operações também foi reorganizada para evidenciar o principal indicador derivado do marco analítico do MEFP 2014, que é a capacidade / necessidade líquida de financiamento.

Adicionalmente, foi realizado um ajuste na metodologia de consolidação. A discrepância entre o total de receitas e despesas intergovernamentais passou a ser considerada no total das 3 esferas. A metodologia é explicada no item “3.3.3 Consolidação”. Maiores informações estão disponíveis na *Nota Metodológica - Revisão Metodológica das Estatísticas Fiscais do Governo Geral* disponível no site do Tesouro Nacional

em: <https://www.tesourotransparente.gov.br/publicacoes/notas-metodologicas-de-estatisticas-fiscais-do-governo-geral>.

Em 2024, foram realizados três aperfeiçoamentos metodológicos⁴. O primeiro deles foi a alteração do tratamento estatístico do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e do Fundo Remanescente do PIS-PASEP, com a mudança de setorização para o setor corporações públicas financeiras e, consequentemente, a exclusão de seus fluxos das estatísticas fiscais do governo geral. Além disso, houve a revisão do tratamento da contribuição social imputada, rubrica da despesa que reflete o aumento das obrigações previdenciárias do governo frente a seus trabalhadores. Essa rubrica corresponde à parcela do aumento do passivo atuarial no período que não é coberta pelas contribuições sociais efetivas ou explicada por outros fluxos econômicos. Em virtude da atual dificuldade de registro do passivo previdenciário nas estatísticas fiscais, a partir desta publicação, optou-se por não registrar as contribuições sociais imputadas dos empregadores, tendo em vista que a forma atual de registro não reflete o cálculo atuarial dos direitos pensionários.

O terceiro aperfeiçoamento foi a introdução de novas tabelas de apresentação das estatísticas de finanças públicas em arquivos separados por esferas: Demonstrativos GG (governo geral), Demonstrativos GCO (governo central orçamentário), Demonstrativos GE (governos estaduais) e Demonstrativos GM (governos municipais). Essa alteração foi acompanhada da ampliação das aberturas dos dados trimestrais para os governos estaduais e municipais. Todas essas mudanças foram implementadas para toda a série histórica, garantindo a consistência intertemporal das informações.

Estes aperfeiçoamentos metodológicos estão detalhados na *Nota Metodológica - Revisão Metodológica das Estatísticas Fiscais do Governo Geral*, disponível no site do Tesouro Nacional em: <https://www.tesourotransparente.gov.br/publicacoes/notas-metodologicas-de-estatisticas-fiscais-do-governo-geral>.

Comparações com outras estatísticas fiscais

Os resultados aqui apresentados não substituem e nem se confundem com as estatísticas fiscais divulgadas mensalmente no Resultado do Tesouro Nacional (RTN), que observam aspectos metodológicos específicos.

O RTN, publicado mensalmente desde 1995, foi estruturado com base no GFSM 1986. Por sua vez, as estatísticas de finanças públicas aqui apresentadas são elaboradas de acordo com a metodologia definida

⁴ Para maiores informações acesse a Nota Metodológica - Revisão Metodológica das Estatísticas Fiscais do Governo Geral, disponível no site do Tesouro Nacional em: <https://www.tesourotransparente.gov.br/publicacoes/notas-metodologicas-de-estatisticas-fiscais-do-governo-geral>.

GFSM 2014. Entre as principais diferenças conceituais, ressaltam-se a preocupação do GFSM 2014 em criar métricas mais adequadas para a avaliação da sustentabilidade fiscal de longo prazo em contraposição ao foco na gestão de liquidez de curto prazo que prevalece no GFSM 1986, com destaque para a incorporação de fluxos econômicos que não estão presentes no manual anterior, como o consumo de capital fixo; além de sua harmonização com as estatísticas de governo do Sistema de Contas Nacionais (SCN 2008), utilizadas para o cálculo do PIB (Produto Interno Bruto).

Para maiores informações sobre essas diferenças, acesse a *Nota Metodológica - Comparativo entre as Estatísticas do Resultado do Tesouro Nacional – RTN e as Estatísticas Fiscais elaboradas de acordo com a metodologia do GFSM 2014*, disponível em <https://www.tesourotransparente.gov.br/publicacoes/notas-metodologicas-de-estatisticas-fiscais-do-governo-geral>.

Da mesma forma, as estatísticas dos governos subnacionais apresentadas neste boletim não se confundem com as informações contidas no “Boletim de Finanças Públicas dos Entes Subnacionais” que são produzidas no âmbito do Programa de Ajuste Fiscal (PAF), cujo principal objetivo é verificar o cumprimento das metas estabelecidas nos Programas de Ajuste estabelecidos como decorrência do processo de Renegociação das Dívidas dos estados.

Fontes externas e publicações relacionadas

Estatísticas Fiscais do Governo Geral:

<https://www.gov.br/tesouronacional/pt-br/estatisticas-fiscais-e-planejamento/estatisticas-fiscais-do-governo-geral>

Manual de Estatísticas Fiscais:

<https://www.tesourotransparente.gov.br/publicacoes/manual-de-estatisticas-de-financas-publicas-mefp/2015/30>

Government Finance Statistics Manual 2014:

<https://www.imf.org/external/Pubs/FT/GFS/Manual/2014/gfsfinal.pdf>